

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2014 FERMOJU



Estado do Ceará Poder Judiciário Tribunal de Justiça

Fortaleza, junho de 2015



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Sumário

Descrição Geral, Missão, Finalidade e Competências	3
Estrutura Organizacional.....	9
Estratégia.....	10
Projetos Estratégicos	30
Relatório de Gestão 2014	39
Relatório Consolidado de Metas por Eixo, Área Temática e Programa	196
Recursos Orçamentários e Financeiros	198
Recursos Patrimoniais.....	202
Infraestrutura	203
Quadro de Pessoal.....	224
Indicadores de Gestão e de Desempenho.....	225
Transferências de Recursos mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Instrumentos Congêneres outros.....	268



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1. FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO (FERMOJU)

O Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário – Fermoju tem por finalidade garantir ao Poder Judiciário o complemento dos recursos que o Estado constitucionalmente repassa ao Tribunal de Justiça para corrigir satisfatoriamente as deficiências orçamentárias e financeiras eventualmente existentes no âmbito do Poder Judiciário.

Através do recolhimento de taxas, o FERMOJU promove a Modernização e o Reaparelhamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, permitindo, assim, à sociedade o acesso mais justo e democrático a este Poder.

O Fermoju, instituído pela Lei nº 11.891, de 20 de dezembro de 1991, passou a ser regido pelas disposições estabelecidas na Lei nº 14.605 de 05 de janeiro de 2010, a qual consolidou todas as suas normas, definindo no art. 2º suas finalidades, a saber:

Art. 2º O Fermoju tem por finalidade suprir o Poder Judiciário de recursos para fazer face às despesas com:

I – a elaboração e execução de planos, programas e projetos para o desenvolvimento e a descentralização dos serviços judiciários previstos no §3º do art.4º da Constituição Estadual;

II – a implantação de moderna tecnologia de controle da tramitação dos feitos judiciais, notadamente com uso de informática, microfilmagem e reprografia, visando a obtenção de maior celebridade, eficiência e segurança dos procedimentos judiciais;

III – ampliação de instalações, com aquisição de equipamentos e mobiliário, e reformas de prédios, ressuprimento de materiais permanentes específicos e eventuais contratações de serviços de manutenção e reparos;

IV – implementação dos serviços de informatização da Justiça de primeiro grau;



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

V – produção, veiculação e divulgação de matérias oficiais de interesse do Poder Judiciário;

VI – aquisição de livros e publicações de técnicas necessárias à execução dos serviços jurisdicionais;

VII – aporte de recursos financeiros para subsidiar os Cartórios de Registro Civil na prestação gratuita dos serviços indicados na Lei Federal nº9.534, de 10 de dezembro de 1997;

VIII – demais itens de despesas classificados como outras despesas correntes relativas à manutenção e ao funcionamento das atividades meio e fim do Poder Judiciário.

Paragrafo único. Não serão admitidas, por conta do Fermoju, o pagamento de despesas de custeio previstas na folha normal de pessoal.

Nesse diapasão, a Lei nº 14.916, de 03 de maio de 2011, transferiu o Fermoju para a Secretaria de Finanças do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art.12-A....

§1º Subordinam-se à Secretaria de Finanças:

I - o Departamento Financeiro;

II - o Departamento de Gerência Executiva do Fundo de Reparcelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – Fermoju....

Art.12-H. O Departamento de Gerência Executiva do Fermoju é a unidade administrativa da Secretaria de Finanças responsável pelo planejamento, direção, coordenação e controle das atividades próprias do sistema de gestão orçamentária, financeira e patrimonial e de contabilidade no âmbito do Fermoju, inclusive de executar todas as atividades de arrecadação, acompanhamento e controle dos recursos deste Fundo.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva

1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 173 varas, das quais 34 são virtuais. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais, quais sejam: Família, Cível, Sucessões, Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Registros Públicos, Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, da Infância e da Juventude, Criminal, Júri, Trânsito, Delitos sobre Tráfico e uso de Substâncias Entorpecentes, Execuções de Penas Alternativas e Habeas Corpus, Execuções Criminais e Juízo Militar.

1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Cada um deles corresponde a uma comarca, ou área de jurisdição. As comarcas do Judiciário cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei nº 9.099/95 e Lei Estadual nº 12.553/95. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos,



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até 40 salários mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na comarca de Fortaleza, existem 20 unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Já no restante do Estado, outras 17 unidades podem ser encontradas nas comarcas de Aquiraz, Aracati, Baturité, Caucaia, Crateús, Crato, Iguatu, Itapipoca, Icó, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Maracanaú, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Tauá e Tianguá.

1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por seis unidades (turmas), cada uma delas formada por três juizes de direito. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

3. MISSÃO

O Poder Judiciário cearense tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2010-2014, aprovado em janeiro de 2010 pelo Tribunal Pleno, “*prover justiça em busca da harmonia social*”.

4. FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

5. COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

ESTRATÉGIA

O Plano Estratégico 2010-2014 do Poder Judiciário cearense foi aprovado pela Resolução nº. 02, de 21 de janeiro de 2010, publicada no Diário da Justiça em 27 de janeiro de 2010. A construção do Plano foi conduzida em 2009 pela então Assessoria de Planejamento, que contou com a participação de magistrados e servidores, os quais apresentaram propostas de projetos a serem contemplados no plano.

O art. 6º da resolução supramencionada prevê uma revisão no Plano Estratégico ao início de cada gestão. Assim sendo, no período de fevereiro a maio de 2011, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag), responsável pelo monitoramento dos projetos e metas do Plano Estratégico 2010-2014, conduziu a Revisão 2011-2013 de indicadores, metas e projetos, normatizada pela Resolução nº 13, de 25 de novembro de 2011, do Órgão Especial.

Em meados de março de 2013, sob coordenação da Seplag, e com os objetivos de validar as metas e revisar o portfólio de projetos constantes do Plano Estratégico 2010-2014, iniciou-se o processo de Revisão 2013-2015. Por meio da Resolução nº. 06, 26 de julho de 2013, do Órgão Especial, foi publicada a lista dos indicadores institucionais com suas respectivas metas para os anos de 2013 e 2014 e incluídas as metas para o Judiciário Nacional, no Plano Estratégico 2010-2014 do Poder Judiciário cearense.





Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Missão:

Prover Justiça em busca da harmonia social.

Visão:

Ser reconhecido pela sociedade como modelo de instituição moderna, ética e que assegure o direito e a cidadania.

Atributos de Valor para a Sociedade:

- Celeridade
- Efetividade
- Acessibilidade
- Transparência
- Responsabilidade social e ambiental
- Imparcialidade
- Coerência

Indicadores Relacionados à Visão:

- 1) Índice de satisfação do jurisdicionado.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de satisfação do jurisdicionado	Aumentar para 50% a satisfação do jurisdicionado, até 2014*						Assessoria Especial da Presidência
	50%**	(-)	38%	44%	45%	50%	

*Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

** Estimado com base em pesquisa de confiança realizada em 2008 pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

(-) Não mensurado



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tema:

Excelência.

Objetivo Estratégico:

Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

Descrição do Objetivo:

Assegurar que, ao tempo em que as decisões sejam proferidas em um prazo razoável, sejam elas construídas com o máximo de qualidade, a fim de que tenham caráter definitivo; e não transitório. A efetividade deve ser prioritária. Atentar não apenas para o julgamento, mas também para o cumprimento da sentença.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 2) Taxa de Congestionamento no 2º grau;
- 3) Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento no 1º grau;
- 4) Taxa de Congestionamento na fase de execução no 1º grau;
- 5) Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais;
- 6) Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento nos Juizados Especiais; e
- 7) Taxa de Congestionamento na fase de execução nos Juizados Especiais.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Taxa de Congestionamento no 2º grau	Reduzir para 40% a taxa de congestionamento, até 2014						Secretaria Judiciária
	47% ¹	71%	54%	43%	47%	40%	
Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento no 1º grau	Reduzir para 54% a taxa de congestionamento, até 2014						Corregedoria Geral da Justiça
	67% ²	72%	74%	66%	60%	54%	
Taxa de Congestionamento na fase de execução no 1º grau	Reduzir para 65% a taxa de congestionamento, até 2014						Corregedoria Geral da Justiça
	82% ³	82%	87%	79%	70%	65%	
Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais	Reduzir para 40% a taxa de congestionamento, até 2014						Fórum das Turmas Recursais
	64%	63%	62%	43%	49%	40%	
Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento nos Juizados Especiais	Reduzir para 57% a taxa de congestionamento, até 2014						Corregedoria Geral da Justiça
	63% ⁴	67%	62%	62%	59%	57%	
Taxa de Congestionamento na fase de execução nos Juizados Especiais	Reduzir para 65% a taxa de congestionamento, até 2014						Corregedoria Geral da Justiça
	87% ⁵	90%	76%	72%	70%	65%	

- (1) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 90%, a qual foi recalculada devido à baixa administrativa
- (2) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 65%, a qual foi recalculada devido à revisão dos filtros



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

- (3) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 79%, a qual foi recalculada devido à revisão dos filtros
 - (4) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 55%, a qual foi recalculada devido à revisão dos filtros
 - (5) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 91%, a qual foi recalculada devido à revisão dos filtros
- **Meta 2 de 2009** - Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores) até 31/12/2005;
 - **Meta 2 de 2010** - Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007;
 - **Meta 3 de 2010** - Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009);
 - **Meta 2 de 2012** - Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 90% dos processos distribuídos em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º Grau da Justiça Estadual;
 - **Meta 1 de 2013** - Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013;
 - **Meta 2 de 2013** - Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 90% dos processos distribuídos em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º Grau da Justiça Estadual; e
 - **Meta 18 de 2013** - Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011.

Projetos Relacionados:

Projetos em andamento:

- 1) Custeio da Prova em Processos Cíveis com Gratuidade Judicial (SEGER);
- 2) Padronização das Rotinas do Processo Eletrônico (FCB);
- 3) Racionalização, Mapeamento e Manualização de Procedimentos e Rotinas de Trabalho Alusivos à Tramitação Processual no Âmbito do Tribunal de Justiça do Ceará (SEJUD).

Projetos concluídos:

- 4) Grupo de Trabalho para Agilização da Certificação do Trânsito em Julgado (SEJUD).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tema:

Acesso à Justiça.

Objetivo Estratégico:

Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça.

Descrição do Objetivo:

Promover ações com vistas a facilitar o acesso à Justiça e a torná-la mais próxima ao cidadão.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 9) Número de novas unidades judiciárias implantadas; e
- 10) Número de ações para ampliar o atendimento ao cidadão.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Número de novas unidades judiciárias implantadas*	Obter 79 novas unidades judiciárias implantadas, até 2014						Assessoria Especial da Presidência
	(-)	(-)	11	35	44	79	
Número de ações para ampliar o atendimento ao cidadão**	Realizar, pelo menos, 2 (duas) ações a cada ano, até 2014 ***						Assessoria Especial da Presidência
	(-)	(-)	nd	2	2	2	

* A implantação de novas unidades judiciárias está condicionada à aprovação das Mensagens de Lei a serem encaminhadas à Assembleia Legislativa

** Indicador incluído na Revisão 2011-2013

*** Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

(-) Não mensurado

nd – Não disponível

Projetos Relacionados:

Projetos em andamento:

- 7) Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões Cíveis e Criminais (SEJUD);
- 8) Novo Portal TJCE (SETIN).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tema:

Suporte.

Objetivo Estratégico:

Informar para conscientizar.

Descrição do Objetivo:

Prestar comunicação clara e transparente, visando à conscientização do cidadão sobre o papel e o funcionamento do Judiciário.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 11) Índice de matérias institucionais positivas veiculadas; e
- 12) Número de participantes em ações de conscientização sobre o papel e o funcionamento do Judiciário cearense.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de matérias institucionais positivas veiculadas	Obter 65% de matérias institucionais positivas, até 2014*						Assessoria de Comunicação
	58%	51%	55%	64%	64%	65%	
Número de participantes em ações de conscientização sobre o papel e o funcionamento do Judiciário cearense**	META CUMPRIDA						Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

* Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

** Indicador incluído na Revisão 2011-2013

Projetos Relacionados

Projetos concluídos:

- 9) A Justiça na Mídia (ASSCOM);
- 10) Judiciário Cearense em Evidência (ASSCOM);
- 11) Justiça e Cidadania (SEPLAG);
- 12) Portal da Transparência (SEPLAG).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tema:

Suporte.

Objetivo Estratégico:

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

Descrição do Objetivo:

Reavaliar as necessidades de despesa, implantar controles efetivos e sensibilizar os magistrados e servidores para a eliminação de desperdícios.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 13) Número de ações para a redução dos custos operacionais; e

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Número de ações para a redução dos custos operacionais*	Realizar 01 ação ou conjunto de ações somadas que contemple, pelo menos, 75% do Poder Judiciário cearense**						Secretaria de Administração
	(-)	(-)	(-)	(-)	50%	75%	

* Indicador incluído na revisão 2013-2015

** Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense
(-) Não mensurado

Projetos Relacionados

Projeto concluído:

- 13) Manutenção Predial e Reformas Terceirizadas (SECAD).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tema:

Suporte.

Objetivo Estratégico:

Melhorar a produtividade.

Descrição do Objetivo:

Aumentar a relação entre produtos e serviços realizados e o número de colaboradores (magistrado e servidor), garantindo a qualidade e o foco na gestão por resultados.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 15) Produtividade do magistrado de 2º grau;
- 16) Produtividade do magistrado de 1º grau;
- 17) Produtividade do magistrado dos Juizados Especiais;
- 18) Produtividade do magistrado das Turmas Recursais; e
- 19) Índice de alcance das metas setoriais.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Produtividade do magistrado 2º grau	Obter 690 decisões terminativas por magistrado						Secretaria Geral
	550	531	536	585	637	690	
Produtividade do magistrado 1º grau	Obter 750 sentenças por magistrado						Corregedoria Geral da Justiça
	374	367	413	756	700	750	
Produtividade do magistrado Juizados Especiais	Obter 3.300 processos julgados por magistrado						Corregedoria Geral da Justiça
	603	687	669	2.866	3.000	3.300	
Produtividade do magistrado Turmas Recursais	Obter 447 processos julgados por magistrado						Fórum das Turmas Recursais
	163	170	178	458	447	447	
Índice de alcance das metas setoriais*	Obter 89%, por ano, do Índice de Alcance de Metas Setoriais						Assessoria Especial da Presidência
	(-)	(-)	(-)	89%	89%	89%	

* Indicador incluído na Revisão 2013-2015
(-) Não mensurado

Projetos Relacionados

Não há projetos diretamente relacionados ao objetivo.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tema:

Suporte.

Objetivo Estratégico:

Buscar a modernização contínua.

Descrição do Objetivo:

Implantar instrumentos e mecanismos de gestão disponíveis na administração moderna e que sejam aplicáveis ao Judiciário cearense, com o objetivo de desburocratizar os serviços prestados e de incrementar-lhes os resultados.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

20) Número de boas práticas de gestão implementadas.

Indicador	Meta					Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	
Número de boas práticas de gestão implementadas	Implantar, pelo menos, 05 (cinco) boas práticas de gestão*					Secretaria Especial de Planejamento e Gestão
	(-)	1	11	5	5	

(-) Não mensurado

* Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

Metas Nacionais do Poder Judiciário Relacionadas ao Objetivo:

- **Meta 16 de 2013** - Fortalecer a unidade de controle interno no Tribunal; e
- **Meta 17 de 2013** - Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.

Projetos Relacionados

Projetos em andamento:

- 14) Análise, Modelagem e Otimização dos Processos de Trabalho da Jurisdição Criminal do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB);
- 15) Implantação do Escritório de Processos (SETIN);
- 16) Solução de Desenho de Processos de Service Desk (SETIN).

Projetos concluídos:

- 17) Criação da Editora do Poder Judiciário (SEGER);
- 18) Escritório Corporativo de Projetos (SEPLAG);
- 19) Implantação do Serviço de Atendimento ao Usuário (SECAD);
- 20) Manual do Fornecedor do TJCE (SEFIN);
- 21) Terceirização do Arquivo (SEFIN);

Projeto cancelado:

- 22) Elaboração do Manual de Direitos e Serviços Disponíveis ao Servidor do Judiciário Cearense (SEPLAG).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tema:

Suporte.

Objetivo Estratégico:

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário.

Descrição do Objetivo:

Garantir que as unidades administrativas e judiciárias estejam alinhadas à estratégia do Poder Judiciário cearense.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

21) Percentual de projetos estratégicos concluídos.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Percentual de projetos estratégicos concluídos	Obter 80% de sucesso na execução de projetos estratégicos, até 2014*						Secretaria Especial de Planejamento e Gestão
	70%	22%	18%	35%	65%	80%	

* Para que essa meta seja cumprida, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

Projetos Relacionados

Projetos concluídos:

- 23) Implantação da Gratificação por Alcance às Metas Estratégicas - Setorial (SEPLAG/SGP);
- 24) Implantação do Comitê Estratégico do Poder Judiciário Cearense (SEPLAG);
- 25) Transformação da Assessoria de Planejamento em Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (SEPLAG).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tema:

Desenvolvimento Humano.

Objetivo Estratégico:

Garantir a valorização dos magistrados e servidores.

Descrição do Objetivo:

Reconhecer os magistrados e servidores, conferir-lhes oportunidades e capacitação de excelência, a fim de que se sintam efetivamente afiliados à Instituição e de que sejam dotados de habilidades, atitudes e conhecimentos necessários ao bom funcionamento da Entidade.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

22) Índice do clima organizacional.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice do clima organizacional	Obter 65% de magistrados e servidores satisfeitos com a Instituição						Secretaria de Gestão de Pessoas
	(-)	(-)	68%	70%	65%	65%	

(-) Não mensurado

Projetos Relacionados

Projetos em andamento:

- 26) Acompanhamento Psicossocial de Magistrados (SGP);
- 27) Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados (ESMEC);
- 28) Solução Integrada em Mapeamento de Competências, Avaliação e Gestão por Desempenho, Ascensão Funcional e Plano de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Judiciário Cearense (SGP).
- 29) Valorização do Servidor (SGP);

Projetos concluídos:

- 30) Convênio Imobiliário (SEFIN);
- 31) Elaboração e Implantação de Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (SGP);
- 32) Implantação da Gratificação de Estímulo à Interiorização (SGP);
- 33) Núcleo de Educação à Distância (SGP);
- 34) Garantir a Correção das Distorções Vencimentais entre Servidores da Capital e do Interior (SGP).

Projetos cancelados:

- 35) EAD na ESMEC (ESMEC).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tema:

Desenvolvimento Humano.

Objetivo Estratégico:

Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços.

Descrição do Objetivo:

Garantir que cada unidade do Judiciário cearense seja provida de magistrados e servidores em número suficiente e com conhecimentos, habilidades e atitudes adequadas, visando a uma melhor prestação jurisdicional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 23) Índice de capacitação nas competências estratégicas;
- 24) Quantitativo de vagas ofertadas para magistrados em cursos de formação e/ou de aperfeiçoamento credenciados pela ENFAM;
- 25) Índice de atendimento das necessidades de treinamento dos servidores;
- 26) Percentual de unidades judiciárias com quantidade mínima de pessoal.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de capacitação nas competências estratégicas	Obter 50% de servidores treinados nas competências estratégicas, até 2014						Secretaria de Gestão de Pessoas
	0%	4%	nd	22%	40%	50%	
Quantitativo de vagas ofertadas para magistrados em cursos de formação e/ou de aperfeiçoamento credenciados pela ENFAM*	Ofertar, pelo menos, 200 vagas anuais, até 2014						Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará - ESMEC
	(-)	(-)	nd	640	200	200	
Índice de atendimento das necessidades de treinamento dos servidores*	Obter 85% de atendimento às necessidades de treinamento, até 2014						Secretaria de Gestão de Pessoas
	(-)	(-)	94%	100%	85%	85%	
Percentual de unidades judiciárias com quantidade mínima de pessoal*	Aumentar para 50% o percentual de unidades judiciárias com quantidade adequada de pessoal, até 2014						Secretaria de Gestão de Pessoas
	27%	(-)	nd	47%	47%	50%	

* Indicador incluído na Revisão 2011-2013

(-) Não mensurado

nd – Não disponível



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tema:

Tecnologia da Informação.

Objetivo Estratégico:

Automatizar e integrar procedimentos e sistemas.

Descrição do Objetivo:

Automatizar e interligar procedimentos e sistemas por meio da informatização, visando à racionalização, padronização e otimização das rotinas de trabalho das atividades fim e meio e à promoção de informações gerenciais fidedignas e em tempo hábil.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 27) Índice de virtualização dos processos judiciais novos; e
28) Índice de Cumprimento das Metas do PETI Alinhadas ao Objetivo Estratégico Prover Sistemas de TIC Interoperáveis e Documentados.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de virtualização dos processos judiciais novos	Obter 65% dos processos judiciais novos virtualizados, até 2014						Secretaria de Tecnologia da Informação
	(-)	5%	nd	50%	60%	65%	
Índice de Cumprimento das Metas do PETI Alinhadas ao Objetivo Estratégico Prover Sistemas de TIC Interoperáveis e Documentados*	Obter 95% de cumprimento de metas, até 2014						Secretaria de Tecnologia da Informação
	(-)	(-)	(-)	91%	93%	95%	

* Indicador incluído na revisão 2013-2015

(-) Não mensurado nd – Não disponível

Projetos Relacionados

Projetos em andamento:

- 44) Custas Judiciais (SETIN);
45) Implantação de Solução de Ferramenta para Disponibilização de Informações Gerenciais (SETIN);
46) INTEGRAJUS (SETIN);
47) Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados (SETIN).

Projetos concluídos:

- 48) Aprimoramento do Ponto Eletrônico (SETIN);
49) Eficiência.Jus (SEPLAG);
50) Implantação do Sistema de Malote Digital (SEJUD);
51) Justiça em Movimento (SEPLAG);
52) Sistema de Precatórios (SETIN);
53) Virtualização da Justiça - 1º Grau – Capital (SETIN).

Projeto cancelado:

- 54) Sessão de Julgamento (SETIN).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tema:

Infraestrutura.

Objetivo Estratégico:

Garantir infraestrutura adequada.

Descrição do Objetivo:

Viabilizar instalações adequadas, tanto para a recepção do jurisdicionado, quanto para a prestação dos serviços por parte dos magistrados e servidores.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 31) Índice de bom estado das instalações físicas dos Fóruns; e
- 32) Índice de Cumprimento das Metas do PETI Alinhadas ao Objetivo Estratégico Garantir Infraestrutura de TIC necessária para as atividades Jurisdicionais e Administrativas.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de bom estado das instalações físicas dos Fóruns	Incrementar 12 (doze) pontos percentuais sobre o valor base do 1º semestre/13, até 2014						Secretaria de Administração
	(-)	(-)	(-)	(-)	4%	12%	
Índice de Cumprimento das Metas do PETI Alinhadas ao Objetivo Estratégico Garantir Infraestrutura de TIC necessária para as atividades Jurisdicionais e Administrativas*	Obter 95% de cumprimento das metas						Secretaria de Tecnologia da Informação
	(-)	(-)	(-)	91%	93%	95%	

* Indicador incluído na revisão 2013-2015
(-) Não mensurado

Projetos Relacionados:

Projetos em andamento:

- 58) Consultoria e Solução de Gestão em Segurança de TI (SETIN);
- 59) Contratação Rede Metropolitana de Fortaleza (Gigafor) (SETIN);
- 60) Modernização do Projeto de Segurança do TJCE (ASSMIL);
- 61) Fórum Novo de Assaré (SECAD);
- 62) Fórum Novo de Boa Viagem (SECAD);
- 63) Fórum Novo de Cascavel (SECAD);
- 64) Fórum Novo de Crateús (SECAD);
- 65) Fórum Novo de Frecheirinha (SECAD);



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

- 66) Fórum Novo de Itapipoca (SECAD);
- 67) Fórum Novo de Milagres (SECAD);
- 68) Fórum Novo de Pedra Branca (SECAD);
- 69) Fórum Novo de Pereiro (SECAD);
- 70) Fórum Novo de Quixeramobim (SECAD);
- 71) Fórum Novo de Russas (SECAD);
- 72) Fórum Novo de Senador Pompeu (SECAD);
- 73) Fórum Novo de Tabuleiro (SECAD);
- 74) Fórum Novo de Uruburetama (SECAD);
- 75) Fórum Novo de Várzea Alegre (SECAD);
- 76) Implantação do PJe (SETIN);
- 77) NOC / Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança – GRIS (SETIN);
- 78) Novo JECC de Aracati (SECAD);
- 79) Plano de Continuidade / Contingência (SETIN);
- 80) Reforma do Fórum Clóvis Beviláqua (SECAD);
- 81) Risc – Renovação Garantia – IBM (SETIN).
- 82) Sala de Audiência - Gravação Áudio Vídeo (SETIN);
- 83) Solução de Gerenciamento de Service Desk (SETIN);
- 84) Solução para Virtualização de Espaço e Armazenamento de Dados (SETIN).

Projetos concluídos:

- 85) Aquisição de Mobiliário para Atendimento da Capital e Interior (SECAD);
- 86) Aquisição de Leitores Ópticos de Códigos de Barras (SETIN);
- 87) Aquisição de Estações de Trabalho (SETIN);
- 88) Aquisição de Impressoras Matriciais Não Fiscais (SETIN);
- 89) Aquisição de Nobreaks para Estações de Trabalho do Interior (SETIN);
- 90) Aquisição de Servidores de Rede de Médio e Avançado Desempenho com Software de Virtualização (SETIN);
- 91) Aquisição de Switchs de Acesso/Distribuição (SETIN);
- 92) Ampliação dos Links de Comunicação (2 Mbps) (SETIN);
- 93) Ampliação, Implantação e Aquisição de Rede Wireless (SETIN);
- 94) Arquivo Deslizante (SECAD);
- 95) Central de Serviços (SETIN);
- 96) Construção do 3º Pavimento do Edifício Sede do TJCE (SECAD);
- 97) Expansão dos Storages em uso no TJCE (SETIN);
- 98) Extensão do 2º Monitor – Sistemas Judiciais – Capital (SETIN);
- 99) Fábrica Externa de Softwares (SETIN);
- 100) Ferramentas de Gerenciamento / Performance e *Tunning* de Banco de Dados (SETIN);
- 101) Impressoras e Multifuncionais (Serviços de Impressão) (SETIN);
- 102) Integração a Gigafor (SETIN);
- 103) Novos *Notebooks* para Modernização do Judiciário (SETIN);
- 104) Reforma da ESMEC (SECAD);
- 105) Reforma do Fórum das Turmas Recursais (SECAD);
- 106) Reforma do Fórum de Amontada (SECAD);
- 107) Solução CAS (SETIN);
- 108) Solução de Armazenamento e Recuperação de Cópias de Segurança (SETIN);
- 109) Solução de Certificados Digitais (Aquisição/Ampliação) (SETIN);
- 110) *Storage* SAN (SETIN).

Projetos cancelados:

- 111) Aquisição de Balanceadores de Links Internet (SETIN);
- 112) Consultoria Oracle (SETIN);
- 113) Contratar Consultoria Jurídica para Política de Segurança (SETIN);
- 114) Nova Edificação da 10ª Unidade JECC, Juizado Móvel e Perícia do Detran (SECAD);
- 115) Reforma do Fórum de Cariré (SECAD);



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

- 116) Reforma do Fórum de Quiterianópolis (SECAD);
- 117) Reforma Fórum de Guaiuba (Ampliação) (SECAD);
- 118) Reforma Fórum de Itapajé (SECAD);
- 119) Reforma Fórum de Jardim (SECAD);
- 120) Reforma Fórum de Miraíma (SECAD);
- 121) Reforma Fórum de Russas (SECAD);
- 122) Totens de Atendimento para o Acesso à Justiça (SETIN).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Tabela 1: Projetos Estratégicos - 2014

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
Modernização do Projeto de Segurança do TJCE	Ativo	Aquisição de portais de detecção de metais para todas as unidades do poder judiciário, da capital e interior; Aquisição de portas giratórias e catracas para as Entrâncias Finais do poder judiciário, incluindo a sede do TJCE e o FCB; Implantação de crachás de identificação para os servidores e funcionário do TJCE; Realizar a identificação de todas as pessoas que adentrem as dependências das unidades do poder judiciário; Instituir o sistema de CFTV com dispositivo de sensor de presença nos períodos fora dos expedientes normais; Aquisição de detectores de metais portáteis; Elaborar estrutura orgânica de segurança que englobe as orientações do CNJ para a proteção a magistrados, inclusive com recursos do FUNSEG.	Tema: Excelência. Objetivo Estratégico: Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva
Fórum Novo de Itapipoca	Ativo	Construção de um Novo Fórum.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.
Novo JECC de Aracati	Ativo	<p>Após análise geral do edifício e seus ambientes internos, constatou-se a necessidade de se executar, prioritariamente, alguns serviços básicos. Esses serviços serão demonstrados de forma detalhada nos projetos arquitetônico e complementares. As principais soluções são as seguintes: Ampliar ambientes existentes e criar novos espaços buscando atender a resolução Nº 114 do CNJ e Lei 14.407/2009.</p> <p>Promover a acessibilidade para portadores de necessidades especiais (cadeirantes, idosos, deficientes visuais), conforme a NBR 9050, instalando rampas e banheiros especiais.</p> <p>Viabilizar a instalação de uma nova sede para o Juizado em local central de fácil acesso para a população de forma a atender a demanda crescente de processos.</p> <p>Segurança preventiva da edificação com a instalação de gradis, cerca em espiral elétrica e CFTV que contribuirão para resguardar o acervo jurídico.</p>	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
Fórum Novo de Senador Pompeu	Ativo	<p>Utilização de materiais adequados às soluções tecnológicas propostas, já utilizados em Fóruns de outras comarcas e encontrados no mercado com facilidade e a preços acessíveis, com o objetivo de garantir uma manutenção mais eficiente e econômica.</p> <p>Promoção da acessibilidade para portadores de necessidades especiais (cadeirantes, idosos, deficientes visuais), com a construção de rampas e banheiros adaptados conforme a NBR 9050.</p> <p>Construção de ambientes com dimensões mais adequadas às suas funções, inclusive atendendo a resolução 114 do CNJ.</p> <p>Assegurar vagas para estacionamento de público (externo) e servidores (interno).</p> <p>Climatizar os ambientes de acordo com as necessidades de cada atividade realizada no fórum, dentro dos padrões utilizados.</p> <p>Viabilizar as instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias segundo padrão estabelecido nas normas da ABNT.</p> <p>Promover a segurança preventiva da edificação com a instalação de gradis e de cercas em espiral, que contribuirão para resguardar todo o acervo jurídico do Fórum.</p>	<p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.</p>
Fórum Novo de Russas	Ativo	<p>Realização de reforma no prédio adequando à lei de acessibilidade.</p>	<p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.</p>
Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões Cíveis e Criminais	Ativo	<p>Escopo: Extensão da “Certidão on line” para os processos em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Finalidade: Facilitar o acesso às certidões negativas para os cidadãos. Atingir meta do CNJ que estabelece maior acesso ao cidadão. Reduzir o atendimento no Departamento Penal, que expede, mensalmente, cerca de 30 (trinta) certidões negativas.</p>	<p>Tema: Acesso à justiça. Objetivo Estratégico: Maximizar o acesso do cidadão à justiça.</p>
Análise, Racionalização e Manualização de Processos do Departamento Judicial de Apoio e Divisão de Distribuição	Ativo	<p>Produzir documentação contendo o mapeamento do fluxo do andamento processual nos setores da Secretaria Judiciária do TJCE; Analisar e racionalizar, quando necessário, os procedimentos desses setores, identificando problemas (gargalos/sobreposição) de atividades, o tempo de execução de cada atividade e a possibilidades de delegação, evitando retrabalhos; Padronizar as rotinas das unidades conforme suas competências; Elaborar Manual de Normas e Procedimentos Internos do TJCE, compreendendo tanto os procedimentos humanos quanto os de sistema (SAJ-SG e SAJ-PRO) e a ser instituído por ato normativo próprio; Divulgar, inclusive através de disponibilização na Intranet, o mapeamento dos fluxos processuais vinculados às normas e procedimentos a serem seguidos, informando ao usuário interno o motivo, o tempo e a forma de fazer as suas atividades diárias, facilitando a multiplicação dos conhecimentos.</p>	<p>Tema: Suporte. Objetivo Estratégico: Melhorar a Produtividade.</p>



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
Elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará	Ativo	<p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria para desenvolvimento das seguintes atividades:</p> <p>Elaboração do Plano Estratégico 2015-2020, abrangendo todo o processo de formulação e acompanhamento inicial da implantação do Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará;</p> <p>Proposição de melhorias no modelo de Gestão Estratégica do Poder Judiciário do Estado do Ceará no que diz respeito a atividades cotidianas de planejamento, bem como aprovação, monitoramento, divulgação, revisão da estratégia etc.</p>	Objetivo Estratégico: Criação de um Novo Plano Estratégico.
Sala de Audiência – Gravação Áudio Vídeo	Ativo	Adquirir equipamentos que permita a gravação de áudio e vídeo das salas de audiência, através do Novo Sistema Processual.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.
Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados – Oficiais de Justiça	Ativo	<p>Integrar o módulo de controle de mandados judiciais, no âmbito do 2º grau, ao sistema SAJSG;</p> <p>Possibilitar a expedição, distribuição, acompanhamento e cumprimento dos mandados judiciais dentro do sistema SAJSG;</p> <p>Possibilitar à gerência do TJCE de gerar relatórios relativos a produtividade e cumprimento de metas para o setor;</p> <p>Tornar eletrônica a tramitação dos mandados judiciais que, hoje se encontra na forma tradicional (em papel);</p> <p>Gerar e enviar informações ao Banco Nacional de Mandados de Prisão, de acordo com a Resolução 137 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.</p>	Tema: Suporte. Objetivo Estratégico: Melhorar a Produtividade.
Implantação de Ferramenta de Informações Gerenciais	Ativo	<p>a) Aquisição da Ferramenta de Visualização de Informações Gerenciais;</p> <p>b) Aquisição da Ferramenta de ETL e Suporte de 12 meses;</p> <p>c) Treinamentos nas Ferramentas de Visualização de Informações Gerenciais e ETL.</p>	Tema: Tecnologia da Informação. Objetivo Estratégico: Automatizar e integrar procedimentos e sistemas



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
Integrajus	Ativo	<p>Implantação de processos de trabalho para a Central de Apoio à Área Criminal (CIAAC), com realização de Piloto de automação de processos;</p> <p>Implantação do Malote Digital para tramitação de documentos entre SEJUS/SSPDS e TJCE;</p> <p>Base de Processos criminais com identificação dos réus utilizando Biometria;</p> <p>Solução automatizada para visão unificada de todos os procedimentos de um Réu no âmbito do TJCE;</p> <p>Solução automatizada para prover visão unificada de Mandados, Contra mandados, Alvarás de Soltura e Salvo-conduto referentes a réus no âmbito do TJCE;</p> <p>Implantação de integração entre sistema de processo judicial eletrônico e sistemas de Informação da SEJUS/SSPDS de forma a facilitar para os usuários do TJCE a consulta de Localização de Presos, Vagas nas Unidades Prisionais, Dados de endereço do Réu/testemunhas, Permitir troca de documentos eletronicamente e acesso a Visão integrada da Vida Criminal do Réu, entre outros;</p> <p>Adaptação de Serviços (Webservices) de disponibilização de acesso a dados processuais para uso diretamente dos Sistemas da SEJUS e SSPDS, conforme necessidade daquelas Secretarias;</p> <p>Adequação do SAJ 1º grau para atender a Resolução Nº 108 do CNJ;</p> <p>Implantação de página Intranet para área criminal na Comarca de Fortaleza, com intuito de divulgar procedimentos de trabalho, ações e demais informações para a referida área.</p>	<p>Tema: Tecnologia da Informação.</p> <p>Objetivo Estratégico: Automatizar e integrar procedimentos e sistemas</p>
Modernização dos Portais TJCE	Ativo	<p>Criar Novo Portal Internet/Intranet.</p>	<p>Tema: Acesso à justiça.</p> <p>Objetivo Estratégico: Maximizar o acesso do cidadão à justiça.</p>
Solução Integrada em Mapeamento de Competências, Avaliação e Gestão por Desempenho, Ascensão Funcional e Plano de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Judiciário cearense	Ativo	<p>Desenvolver solução integrada em mapeamento de competências, avaliação e gestão por desempenho, ascensão funcional e plano de capacitação funcional dos servidores do Poder Judiciário cearense.</p> <p>Mapear todas as competências estratégicas, técnicas e gerenciais dos 28 (vinte e oito) cargos efetivos e dos 181 (cento e oitenta e um) cargos em comissão do Poder Judiciário cearense.</p> <p>Elaborar e apoiar a implantação do modelo de avaliação e gestão de desempenho com base em competências e resultados para os servidores do Poder Judiciário cearense;</p> <p>Elaborar e apoiar a implantação do modelo de avaliação e acompanhamento de servidores em estágio probatório;</p>	<p>Tema: Desenvolvimento Humano.</p> <p>Objetivo Estratégico: Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços.</p>



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
		<p>Elaborar e apoiar a implantação da sistemática de Ascensão Funcional (promoção e progressão) baseada em critérios objetivos, com sistema de pontuação com base nos critérios definidos no modelo de avaliação e gestão de desempenho (parte quantitativa);</p> <p>Formular Plano de Capacitação Funcional integrado ao modelo de avaliação e gestão de desempenho;</p> <p>Definir mapas de competências com desenho de, pelo menos, 25 (vinte e cinco) programas voltados para as áreas Judiciárias e Administrativas do Poder Judiciário cearense;</p> <p>Implantar o Modelo de Avaliação e Gestão do Desempenho, baseado em competências, integrado com a sistemática de ascensão funcional e com o plano de capacitação funcional.</p>	
Concurso Público para Ingresso de Magistrados	Ativo	Realizar concurso público para provimento de cargos de Magistrados de 1º grau	Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços.
Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados	Concluído	O objetivo do projeto é promover cursos de aperfeiçoamento, sendo: 60h/a de cursos em 2013 e 60h/a de cursos em 2014.	Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Garantir a valorização dos Magistrados e Servidores.
Fórum Novo de Boa Viagem	Concluído	Construção de um Novo Fórum	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.
Fórum Novo de Crateús *	Concluído	Construção de um Novo Fórum.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.
Reforma do Fórum Clóvis Beviláqua	Concluído	Readequar 68.000m2 de área existente à criação de mais 40 varas e ao processo de virtualização em curso.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada
Fórum Novo de Assaré	Concluído	Construção de um Novo Fórum.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada
Programa de projetos de eficiência energética	Concluído	<p>Através do conjunto de resultados dos projetos propostos e de outros de mesmo cunho, que eventualmente possam vir a ser adicionados, redução em médio prazo dos gastos com energia elétrica, maior conforto, confiabilidade e continuidade de uso das instalações das unidades do Poder Judiciário.</p> <p>Projeto de subestações de média tensão: Planejamento de critérios de transformação de unidades de baixa para média tensão. Aquisição de subestações aéreas de média tensão.</p> <p>Minicentrais Split: Planejamento de critérios de substituição de minicentrais tipo janeliros e splits com mais de 10 anos por novos; Aquisição de ~800 equipamentos.</p> <p>Bancos de Capacitores; Aquisição de novo banco de capacitores para o Palácio da Justiça;</p>	Objetivo Estratégico: Exercer a responsabilidade socioambiental



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
		Automação: Desenvolvimento de plano de automação de principais sistemas: Aquisição de sistema de automação.	
Custeio da Prova em Processos Cíveis com Gratuidade Judicial	Concluído	<p>Normatização dos requisitos, procedimentos e fluxos de trabalho para o pagamento de honorários de peritos, tradutores e intérpretes, em processos judiciais com parte(s) favorecida(s) pela gratuidade de justiça, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará;</p> <p>Abertura e manutenção de cadastro dos profissionais para nomeação em processos judiciais atendidos pela atividade;</p> <p>Definir tabela de honorários, especialidades e requisitos técnicos dos profissionais que deverão ser incluídos no cadastro;</p> <p>Desenvolver e implantar sistema informatizado para acompanhamento, controle e realização dos pagamentos efetuados e das informações relativas ao projeto, envolvendo dados da ação, da quantidade de processos, das pessoas físicas assistidas e dos valores pagos, dentre outros;</p> <p>Disponibilizar no site do TJCE modelos de laudos periciais, visando à uniformização da prestação do serviço;</p> <p>Implantar estrutura física e de pessoal adequada;</p> <p>Divulgar a atividade perante as unidades jurisdicionais da capital e interior.</p>	<p>Tema: Excelência. Objetivo Estratégico: Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva.</p>
Solução de Gerenciamento de Service Desk	Concluído	<p>a) Aquisição de uma ferramenta para gerenciamento de serviços de TI baseada no ITIL;</p> <p>b) Implementar a solução e os processos ITIL já em uso pela CATI; c) Capacitar os operadores do CATI e administradores/gerentes do Service Desk no uso do software da solução</p>	<p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada</p>
Expansão do PJe	Concluído	<p>1) Implantação da versão 1.4.6.6 do sistema PJe em todos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Ceará até dezembro de 2014.</p> <p>2) Implantação da versão 1.4.6.6 do sistema PJe em todas as Turmas Recursais do Estado do Ceará.</p>	<p>Tema: Tecnologia da Informação. Objetivo Estratégico: Automatizar e integrar procedimentos e sistemas.</p>
Implantação do PJe	Concluído	<p>Com o andamento do projeto são esperadas melhorias como as listadas abaixo:</p> <p>1. Implantar o PJe nos dois juizados especiais piloto;</p> <p>2. Construir uma base de conhecimento que permita a implantação nos demais juizados.</p>	<p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada</p>
Consultoria e Solução de Gestão em Segurança de TI	Concluído	<p>Implantar o processo de Gestão de Segurança de TI e realizar a análise de risco em ativos de TI (pessoas, processos e tecnologia) do TJCE. Em virtude do Projeto de Virtualização, os dados que outrora estava no suporte em papel.</p>	<p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.</p>



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
NOC / Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança - GRIS	Concluído	Municipiar uma nova área de gerenciamento da estrutura computacional do TJCE, incluído o gerenciamento dedicado da Segurança da Informação utilizando sistemas e pessoas.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada
Plano de Continuidade / Contingência	Concluído	Manter a continuidade dos serviços de TI essenciais do TJCE.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada
Cálculos Judiciais	Concluído	a) Implantar Emissão de Custas no Portal de Serviços; b) Implantar Funcionalidades de Cálculos de Atualização Monetária e Emissão/Acompanhamento de Custas no SAJPG e no SAJSG; c) Treinar usuários nas novas funcionalidades de 1º e 2º Grau e Equipe da Secretaria de Finanças	Tema: Tecnologia da informação. Objetivo Estratégico: Automatizar e integrar procedimentos e sistemas
Valorização do Servidor	Concluído	Programa de Valorização do Servidor.	Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Garantir a valorização dos Magistrados e Servidores
Concurso Público para Ingresso de Novos Servidores e Cadastro de Reserva	Concluído	a) Nomeação de 227 (duzentos e vinte e sete) Novos servidores; b) Formação de um cadastro de reserva de 5 (cinco) vezes o número de vagas ofertadas.	Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços.
Desenvolver o Plano de Capacitação	Concluído	Estabelecer o Plano de Capacitação para os Servidores.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir Infraestrutura adequada
Acompanhamento psicossocial de Magistrados	Concluído	Implantação de unidade dotada de estrutura física e funcional para acompanhamento Psicossocial dos servidores e Magistrados, ativos e inativos, que necessitam de ajuda psicossocial no que tange aos problemas emocionais de depressão, estresse do trabalho e emocional, estafa mental etc.	Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Garantir a valorização dos magistrados e servidores.
Promoção de Quadro Funcional Adequado para a Corregedoria Geral da Justiça	Suspensão	a) Disponibilizar um analista judiciário para cada um dos Magistrados Auxiliares (4 atualmente), até julho de 2013; b) Disponibilizar mais um Auditor e três Auxiliares para compor o quadro da Auditoria desta Casa Censora, até junho de 2013; c) Disponibilizar mais um assessor jurídico (atualmente 2) para a corregedoria; d) Disponibilizar mais dois militares (atualmente 4) para estruturar a assistência militar; e) Prover a CGJ de 04 Estagiários no Curso de Direito, até setembro de 2013.	Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços.
Fórum Novo de Tabuleiro	Suspensão	Construção de um Novo Fórum.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir Infraestrutura adequada.
Fórum Novo de Várzea Alegre	Suspensão	Utilização de materiais adequados às soluções tecnológicas propostas, já utilizados em Fóruns de outras comarcas e encontrados no mercado com facilidade e a preços acessíveis, com o objetivo de garantir uma manutenção mais eficiente e econômica. Promoção da acessibilidade para portadores de necessidades especiais (cadeirantes, idosos, deficientes visuais), com a construção de rampas e banheiros adaptados conforme a NBR 9050. • Construção de	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
		<p>ambientes com dimensões mais adequadas às suas funções, inclusive atendendo a resolução 114 do CNJ.</p> <p>Assegurar vagas para estacionamento de público (externo) e servidores (interno).</p> <p>Ambientes climatizados de acordo com as necessidades de cada atividade realizada no fórum, dentro dos padrões utilizados.</p> <p>Instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias segundo padrão estabelecido nas normas da ABNT.</p> <p>Segurança preventiva da edificação com a instalação de gradis e de cercas em espiral, que contribuirão para resguardar todo o acervo jurídico do Fórum.</p>	
Padronização das Rotinas do Processo Eletrônico	Cancelado	<p>Dotar as salas de audiência do prédio do Fórum Clóvis Beviláqua de Infraestrutura tecnológica que aprimores a virtualização dos autos do processo eletrônico, bem como o acompanhamento dos autos que se desenvolvem no andamento das audiências.</p>	<p>Tema: Excelência. Objetivo Estratégico: Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva.</p>
ModelaJUS	Cancelado	<p>Este projeto tem por objetivo mapear os procedimentos da Jurisdição Criminal com fim de padronizar, uniformizar e manualizar o “modus operandi” nos itens de caráter objetivo, sempre respeitando a discricionariedade de cada magistrado nos procedimentos de caráter subjetivo, de forma a propiciar a realização das trocas de informações internas e das integrações de sistemas de informação com instituições cooperadas que são partícipes na administração da justiça criminal, inclusive atender premissa básica do projeto “Integra” (Convênio nº 020/2011). Além disso, o projeto contribuirá para:</p> <ol style="list-style-type: none">1- Alinhar os processos de trabalho (modus operandi) com os objetivos estratégicos da instituição e as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça;2- Identificar e classificar as oportunidades de melhoria e simplificação dos processos, conferindo economia de recursos, maior celeridade, qualidade e desempenho nas atividades desenvolvidas;3- Identificar e propor a normatização para os procedimentos da Jurisdição Criminal pelo Poder Judiciário;4- Facilitar a realização das correções dos procedimentos criminais;5- Favorecer o intercâmbio de informações com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, a Secretaria de Justiça, o Ministério público, o Tribunal Regional Eleitoral e outros órgãos necessários à administração eficiente e eficaz da justiça criminal;6- Racionalizar os processos de trabalho (modus operandi);7- Agregar valor a instituição melhorando seu posicionamento estratégico;8- Melhorar a compreensão e segurança do trabalho a ser executado;9- Diminuir o esforço na criação e atualização de conteúdos para treinamentos;10- Melhorar a efetividade dos treinamentos;	<p>Tema: Suporte. Objetivo Estratégico: Buscar a modernização contínua.</p>



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
		11- Facilitar o processo de adaptação dos Novos servidores;	
Fórum Novo de Milagres	Cancelado	Construção de um Novo Fórum.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.
Fórum Novo de Uruburetama	Cancelado	<p>Uso de materiais adequados às novas soluções tecnológicas e com especificações modernas garantindo uma manutenção mais eficiente e econômica.</p> <p>Atendimento as Normas gerais da ABNT e atendimento aos requisitos da Norma Técnica Brasileira – NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) com a introdução de banheiro para Portador de Necessidades Especiais – PNE e a inserção da sinalização podotátil no piso de acesso ao prédio.</p> <p>Criação de novos ambientes anteriormente não existentes no prédio do Fórum tais como celas, depósito de bens apreendidos e banheiros PNE.</p> <p>Estrutura de concreto, construção de alvenarias e execução de diversos tipos de pavimentação e de revestimentos.</p> <p>Execução de forros.</p> <p>Fornecimento e instalação de esquadrias novas, ferragens e vidros. Execução de pintura em todo o edifício.</p> <p>Fornecimento e instalação de louças, metais e equipamento de copa.</p> <p>Instalações hidrossanitárias.</p> <p>Instalação de Sistemas de CFTV e alarme. Instalação de Sistemas de detecção e alarme e combate a incêndio.</p> <p>Instalação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas.</p> <p>Sistema de climatização.</p> <p>Segurança preventiva da edificação com a instalação de gradis e de cercas em espiral, que contribuirão para resguardar todo o acervo jurídico do Fórum.</p>	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.
Implantação do Escritório de Processos	Cancelado	<p>Ao final do projeto espera-se alcançar os seguintes objetivos:</p> <p>a) Implantação e divulgação do escritório de processos organizacionais;</p> <p>b) Definição de atribuições e responsabilidades;</p> <p>c) Treinamento da equipe do escritório; d) Metodologia e ferramentas para a gestão de processos definidas e disponibilizadas;</p> <p>e) 5 (cinco) processos-piloto mapeados, melhorados, normalizados e documentados.</p>	Tema: Suporte. Objetivo Estratégico: Melhorar a Produtividade.

Fonte: Seplag-TJCE



RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Ao longo do exercício de 2014, sob a Presidência do Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido, a Vice-Presidência do Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva e a Corregedoria-Geral do Des. Francisco Sales Neto, foram priorizadas iniciativas que contribuíssem para o aprimoramento da prestação jurisdicional, para a profissionalização da gestão judiciária e para a utilização plena e racional dos recursos.

Uma visão completa e detalhada das ações e resultados das unidades que compõem esta instituição poderá ser extraída da análise das seções seguintes.

1. PRESIDÊNCIA

1.1 Introdução

A Presidência do Tribunal de Justiça, auxiliada pelas unidades administrativas que a compõem, tem buscado implementar ações para efetivar a modernização do Poder Judiciário no Estado, determinando à sua Assessoria Especial, aos Juízes Auxiliares e ao Grupo de Apoio da Presidência (Chefia de Gabinete, Diretores e Chefe de Serviço) a análise criteriosa das demandas que chegam ao crivo da Administração Superior, a fim de obter subsídios na tomada de decisões que melhor atendam aos anseios dos que buscam pela excelência na prestação do serviço público.

Dentre as atividades desenvolvidas, é importante realçar a elaboração de projetos e mensagens de lei, resoluções, portarias, provimentos, atos, despachos, acompanhamento dos procedimentos junto ao Conselho Nacional de Justiça, bem como o atendimento às suas resoluções e recomendações, orientações a magistrados e servidores, encaminhamento de documentos oficiais aos setores e órgãos competentes, atendimento pessoal a interessados e o direcionamento para a solução de problemas administrativos.

Cumprе ressaltar a iniciativa desta Administração de promover encontros com os magistrados das comarcas do interior do Estado, por meio de reuniões de trabalho, realizadas em cada sede de Zona Judiciária, onde foram apresentadas as ações implementadas na administração, esclarecendo ainda sobre os projetos em andamento para a melhoria do Judiciário, especialmente da segurança e das condições de trabalho de magistrados e servidores.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Destarte, pode-se elencar algumas ações efetivadas para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e para o atendimento de pleitos de magistrados e de servidores, tais como: a nomeação de novos magistrados e a realização de concursos para servidores e magistrados; a implantação de promoções e progressões para servidores; o pagamento de gratificações por execução de trabalho relevante, técnico ou científico a servidores lotados em comarcas do interior do Estado; a regulamentação e pagamento de diárias e auxílio-alimentação a magistrados; a implantação da isonomia entre servidores do interior e da capital; e a assinatura de contratos para construção e reforma de fóruns, dentre outras citadas adiante.

1.2 Estatística processual

Neste biênio, a Presidência do TJCE teve expressiva demanda, todas atendidas em prazo razoável. Manter baixo número de feitos administrativos em andamento no sistema de cadastro de processos administrativos (CPA) constituiu o maior desafio. Abaixo, o quadro ilustrativo, inclusive com quantitativo de despachos, ofícios e memorandos expedidos:

Tabela 2: Quantitativos de despachos, ofícios e memorandos expedidos

Tipo	Quantidade
Processos recebidos (CPA)	7.383
Correspondências	3.079
Malotes digitais recebidos	1.627
Telegramas	935
Despachos (CPA)	3.252
Ofícios Expedidos	3.545
Ofícios Circulares Expedidos	129
Memorandos	135
Julgamentos de Pedidos de Suspensão de Liminar	358
Agravo Regimental	136

Fonte: Presidência do TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

1.3 Ações e projetos

As ações da Presidência se consolidaram, em sua maioria, em atos normativos, de onde se extrai o quadro estatístico, abaixo listado:

Tabela 3: Atos Normativos

Tipo	Quantidade
Portarias	3.883
Resoluções do Tribunal Pleno	10
Resoluções do Órgão Especial	27
Assentos Regimentais	4
Provimentos	81

Fonte: Presidência do TJCE

Dentre as iniciativas do biênio, ganharam maior destaque aquelas decorrentes de pleitos mais antigos dos servidores e magistrados.

Foram implantadas promoções e progressões para servidores, pagamento de gratificações por execução de trabalho relevante, técnico ou científico àqueles lotados em comarcas do interior do Estado e a isonomia salarial entre servidores do interior e da capital.

Partiram da Presidência, também, o restabelecimento e determinação de cumprimento literal dos horários de expedientes orientados pelo Conselho Nacional de Justiça, a regulamentação do pagamento de auxílio-moradia onde não havia residências oficiais de magistrados e o recolhimento e destruição de armas apreendidas em todo o Estado, bem como a determinação de instauração de licitações que visavam à execução de obras e aquisição de materiais de informática e segurança, tais como: notebooks e detectores de metais; construções de novos fóruns e realização de reformas nos prédios da justiça.

Novas varas foram instaladas, a exemplo do 22º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza; 3ª Vara da Comarca de Itapipoca; 3ª Vara da Comarca de Iguatu; 1ª e 2ª Varas de Família e Sucessões, 3ª e 4ª Varas Criminal, ambas da Comarca de Caucaia; Vara Única de Família e Sucessões do Crato; 3ª Vara Cível de Juazeiro do Norte; e 10ª a 15ª Varas da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza.

Ademais, o Chefe do Poder Judiciário proveu 35 cargos de magistrados, designando-os



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

para atuarem nas entrâncias iniciais do Estado, criando em seguida, comissões para efetivação de estudos visando à realização de concursos para servidores e magistrados.

Merecem destaque, ainda, as atividades desempenhadas no âmbito da gestão estratégica, por meio da Assessoria Especial da Presidência, a saber:

- i. coordenação da Comissão Participativa;
- ii. coordenação do Comitê Executivo;
- iii. assessoramento ao Presidente em assuntos administrativos relacionados a outros poderes;
- iv. articulação com Secretários e Técnicos do Poder Executivo;
- v. reuniões administrativas com o Governador onde foram tratados:
 - PIMPJ;
 - Suplementações Orçamentárias;
- vi. elaboração de projetos estratégicos:
 - Projeto de Visitas do Presidente ao Interior;
 - Projeto para Utilização de Residências Oficiais Desocupadas;
- vii. acompanhamento de projetos estratégicos:
 - Projeto de Segurança Institucional;
 - Isonomia para os Servidores;
 - Concursos Públicos;
 - Construção de Fóruns;
 - Redefinição do Site Institucional;
 - Projeto Cidadania Judiciária;
 - Instalação PJe.
- viii. acompanhamento de todos os processos do TCE (inclusive em contas da gestão anterior);
- ix. acompanhamento das ações da Auditoria Interna;
- x. interlocução entre Secretários/Assessores com o Presidente;
- xi. reunião com sindicatos de servidores;
- xii. assessoramento sobre decisões na área de gestão Administrativa e Financeira.

Isto observado, percebe-se que a Presidência atuou com abrangência, destacando atenção prioritária a órgãos outrora identificados como carentes de acompanhamento institucional.

Neste caminho, alcançou-se melhorias estruturais e procedimentais, bem como se preparou um alicerce organizativo para a próxima gestão.



2. GESTÃO DE PESSOAS

2.1 Implantação da isonomia salarial

A Mensagem de Lei que trata da isonomia salarial foi aprovada pelo Tribunal Pleno na sessão do dia 1º de novembro de 2013, tendo sido entregue pelo Presidente do TJCE ao Presidente da Assembléia Legislativa e aprovada por esta em 11 de junho de 2014.

A proposta era oriunda de pleito dos servidores efetivos para sanar as diferenças vencimentais entre ocupantes de mesmo cargo e com as mesmas atribuições, por estarem lotados na capital ou no interior, ou por terem ingressado no Poder Judiciário cearense na capital entre os anos de 2002 e 2006.

Foram beneficiados mais de 1300 (mil e trezentos) servidores. O pagamento se dará em 5 (cinco) etapas anuais, tendo a primeira ocorrido em julho de 2014 e as demais no mês de julho dos anos subsequentes, progressivamente.

2.2 Concurso público para ingresso de novos servidores e cadastro de reserva

A realização de concurso público para provimento de cargos de servidores efetivos busca prover as unidades do Poder Judiciário cearense, especialmente do interior do Estado, com quantitativo suficiente de servidores, tornando a prestação jurisdicional mais célere, ágil e suficiente, para facilitar o acesso do cidadão à Justiça, viabilizar o atendimento num prazo razoável e, por conseguinte, cumprir o objetivo estratégico do órgão que preceitua “Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça”.

Com intuito de dar andamento à organização e realização do concurso público, foi instituída, por meio da Portaria nº 1.114/13, publicada em 23 de setembro de 2013, a Comissão do Concurso Público, a qual, dentro do prazo previsto de 180 dias, teve a atribuição de fornecer as informações necessárias à elaboração do concurso; aprovar os editais e comunicados aos candidatos; acompanhar e fiscalizar todas as etapas do desenvolvimento dos serviços prestados pela Organizadora do concurso; e notificar a contratada a respeito de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que, por ventura, pudessem ser adotadas as medidas corretivas necessárias.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Foi designada ainda, mediante portaria nº 1.820/2013, equipe de servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas para, no prazo de 180 dias, auxiliarem a Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de juiz substituto nas providências necessárias à realização do referido concurso.

O projeto foi conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas e teve suas atividades concluídas em 13/10/2014, encontrando-se atualmente em fase de convocação dos candidatos aprovados.

2.3 Concurso público para ingresso de magistrados

Tem por objetivo a realização de concurso público para provimento de 80 cargos de juiz substituto como forma de propiciar a melhoria do funcionamento de unidades judiciárias do interior do Estado.

O certame está sendo realizado pela Fundação Carlos Chagas e é composto de 05 etapas, a saber:

- 1ª etapa: prova objetiva seletiva;
- 2ª etapa: prova discursiva e sentença;
- 3ª etapa: inscrição definitiva;
- 4ª etapa: prova oral;
- 5ª etapa: prova de títulos.

Com o intuito de dar andamento à organização e realização do referido concurso, foi instituída, por meio da Portaria nº 976/2013, de 30 de agosto de 2013, a Comissão do Concurso Público de Provas e Títulos para o Provimento de cargos de Juiz Substituto do Estado do Ceará, conforme preceitua a Resolução nº 75 de 12 de maio de 2009 e a Resolução nº 118, de 3 de agosto de 2010, ambas do Conselho Nacional de Justiça, que tratam das normas e critérios relacionados ao concurso para ingresso na carreira da magistratura do Poder Judiciário em todo o Brasil.

O projeto vem sendo conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas e, em dezembro de 2014, encontra-se na fase final da 2ª etapa (91%), com 58% das atividades concluídas e previsão de conclusão para agosto de 2015.



2.4 Concurso de remoção

O 4º Concurso de Remoção para Cargos/Funções do Quadro III – Poder Judiciário do Estado do Ceará busca atender aos parâmetros de lotações de servidores para as Unidades Judiciárias do Estado do Ceará estabelecidos no art. 5º da Lei Estadual nº 14.128, de 06/06/08 (DO/CE de 11/06/08) e encontra-se regido pela Resolução do Órgão Especial nº 09/2014, disponibilizada no DJE de 11/07/2014, e pelo Edital nº 62/2014, publicado em 11/07/2014.

A organização e a realização do certame vêm sendo conduzidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas, em parceria com a Consultoria Jurídica, que atuou na elaboração dos normativos mencionados e no exame de impugnações apresentadas pelos candidatos frente aos resultados provisórios do concurso.

O projeto encontra-se em fase de conclusão do 3º e último ciclo, com a perspectiva de relocação dos candidatos que nele obtiveram êxito em dezembro de 2014.

2.5 Implantação da jornada de trabalho de 40 horas semanais e normatização do registro de frequência

A implantação das 40 horas semanais de jornada de trabalho foi realizada a partir de 1º de julho de 2014, atendendo ao previsto no art. 6º da Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010.

Como conseqüência, foi publicada a Portaria nº 1.482/2014, de 30 de junho de 2014, regulamentando o registro de frequência no âmbito do Poder Judiciário cearense, contemplando a nova jornada de trabalho.

2.6 Solução integrada em mapeamento de competências, avaliação e gestão por desempenho e ascensão funcional

Tem como objetivo fundamental desenvolver o mapeamento de competências estratégicas, técnicas e gerenciais dos 28 cargos efetivos e dos 181 cargos em comissão do Poder Judiciário cearense.

Além disso, busca como principais realizações: implementar modelo de avaliação e gestão por desempenho com base em competências e resultados para os servidores do Poder



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Judiciário cearense, inclusive daqueles que se encontram em estágio probatório; definir a nova sistemática de Ascensão Funcional (promoção e progressão) baseada em critérios objetivos, com sistema de pontuação baseado nos critérios definidos no modelo de avaliação e gestão por desempenho (parte quantitativa); e formular Plano de Educação Corporativa integrado ao modelo de avaliação e gestão por desempenho, com o desenho de, pelo menos, 25 programas de capacitação voltados para as áreas Judiciárias e Administrativas do Poder Judiciário cearense.

O projeto vem sendo conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas, encerrou sua fase de mapeamento de competências e encontra-se atualmente na primeira etapa da Avaliação e Gestão de Desempenho – Módulo Quantitativo, com 40% das tarefas gerais concluídas e previsão de término para abril de 2015.

2.7 Projeto de valorização do servidor

Tem como principal objetivo garantir a valorização dos servidores por meio de ações que lhe promovam bem-estar e um sentido de maior aproximação com a Instituição.

Dentre seus objetivos específicos está a implementação de três ações que visem a preparar o servidor para a aposentadoria; executar ações que promovam a integração dos novos servidores, atingindo no mínimo 70% do público-alvo e a realização de pelo menos um evento de convivência (campeonatos, corridas etc.), dentre outros.

Em 2013, por meio do Projeto de Valorização do Servidor, realizou-se ação de convivência intitulada “Semana do Servidor” para comemorar o dia do Servidor Público Estadual, em 28 de outubro.

Houve homenagem aos servidores com 40 anos ou mais de Serviço Público no Poder Judiciário cearense e um show de talentos com apresentações de servidores. Ocorreu também o I Concurso Cultural de Redação em parceria com a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, bem como exposição de fotografias.

2.8 Acompanhamento psicossocial de magistrados

O projeto tem como principal objetivo diagnosticar os principais estressores psicossociais existentes no exercício da magistratura cearense, com vistas a propor ações que



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

diminuem a incidência dos mesmos.

O projeto foi realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas, em parceria com a Associação Cearense de Magistrados, sendo concluído em 18/12/2013, com a entrega do diagnóstico dos estressores psicossociais dos magistrados.

2.9 Educação corporativa de servidores do Poder Judiciário cearense

Tendo como objetivo fundamental garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário através da Educação Corporativa, aprimorando a excelência na prestação jurisdicional, o projeto de Educação Corporativa da Secretaria de Gestão de Pessoas promoveu a elaboração do Levantamento de Necessidade de Treinamento (LNT), e o credenciamento de facilitadores internos.

No ano de 2014 foram capacitados 1.441 servidores através da oferta de 74 cursos nas áreas de Formação Continuada, Capacitação em Competências Estratégicas, Treinamentos Específicos e Qualidade de Vida. No total, 972 servidores foram capacitados em competências estratégicas no corrente ano, em obediência ao Indicador nº 23 do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense 2010-2014, que prevê “obter 50% de servidores treinados nas competências estratégicas até 2014”.

Dentre os cursos ofertados, merecem destaque o preparatório para obtenção de certificações em metodologias relacionadas a boas práticas e gestão de TI (ITIL, COBIT e CAPM), alguns dos quais incluíram a contratação dos respectivos exames.

No Fórum Clóvis Beviláqua, foram realizados 275 eventos de formação, totalizando 2.711h/a com 3.901 concludentes.

Ainda no campo da capacitação de servidores, o Tribunal de Justiça designou dois servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação para, em Brasília, participarem do treinamento de desenvolvimento do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

2.10 Seleções internas e normatização da concessão de gratificação por execução de trabalho relevante, técnico ou científico (GTR)

A Portaria nº 938/2013, publicada em 26 de agosto de 2013, estabeleceu critérios e parâmetros eminentemente técnicos para concessão e gerenciamento da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR), prevista no inciso IV do art. 132, da Lei estadual nº 9.826/74, no âmbito do Poder Judiciário cearense.

Trata-se de regulamento cujo escopo mostra-se inédito, na medida em que promoveu, de maneira consistente, a revisão de antigos critérios, o redimensionamento de valores defasados e a inclusão de novos parâmetros, estabelecendo, ainda, condições objetivas para a concessão e a cessação da gratificação. Soma-se, a isso, o efeito de interiorização da gratificação, que passa a ser estendida a servidores que prestam assistência direta aos magistrados nas comarcas de entrâncias intermediária e inicial.

Merece destaque, ainda, as seleções internas realizadas pela Auditoria de Controle Interno e pelo Fórum Clóvis Beviláqua para fins de recrutamento de quadros técnicos por meio da publicação de editais, aplicação de provas com caráter classificatório e realização, no caso do Fórum Clóvis Beviláqua, de cursos de formação.

2.11 Reajuste das diárias de viagem de serviço

As Resoluções do Órgão Especial nº 04 e nº 09, de 25 de julho e 22 de agosto de 2013, respectivamente, reajustaram os valores das diárias concedidas em viagem de serviço a servidores e magistrados, bem assim atualizaram e disciplinaram as regras para concessão das mesmas. As regulamentações anteriores sobre o assunto datavam do ano de 2009.

2.12 Nova normatização de estágio

A Resolução do Órgão Especial nº 08/2013, de 22 de agosto de 2013, normatizou a concessão de estágios a estudantes universitários no âmbito do Poder Judiciário cearense, trazendo como principal inovação a possibilidade de celebrar com agentes de integração, públicos ou privados, convênio ou contrato para recrutamento e pré-seleção de candidatos a estágio, bem como



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

o acompanhamento das atividades realizadas pelos estagiários.

2.13 Implantação do novo sistema de gestão de recursos humanos (GRH)

O novo sistema GRH, implantado em maio de 2014, é responsável por gerenciar as informações de recursos humanos, como nomeações, promoções, substituições, exonerações, aposentadorias, histórico de lotações, férias, licenças, consulta e validação de frequência. Em seguida, há previsão de implantação dos módulos de treinamentos e concursos.

Trata-se de um novo sistema unificado e padronizado que substituiu os antigos sistemas de recursos humanos, a saber: SIRH, SGFU, SFERIAS, SMED, SPONTO, SPONTO Interior e Abono On-line.

2.14 Realização de estudo para estabelecimento de parâmetros para distribuição da força de trabalho nas unidades da área fim

Em atendimento à Meta 3 de 2014 do Conselho Nacional de Justiça, que versa sobre a distribuição da força de trabalho das unidades da área fim, foram realizados levantamentos visando à proposição de parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho nas unidades judiciárias e na área de apoio direto à atividade judicante do TJCE, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

Para construção dos versados parâmetros, tomou-se como referência inicial o modelo estatístico proposto pelo CNJ no âmbito da Resolução nº 184/2013 e da Minuta de Resolução sobre distribuição de Força de Trabalho, e foram realizados levantamentos visando à identificação dos parâmetros que melhor retratassem a demanda e a produtividade das unidades judiciárias e de apoio direto do 1º e 2º graus. Foram observados ainda, para fins de comparação e análise, os critérios de similaridade das atividades e processos de trabalho, nas áreas de apoio direto, e os critérios legais de competência material e territorial, nas unidades judiciárias.

O estudo, que vem sendo coordenado pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, com a participação da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria Judiciária, tem previsão de conclusão para dezembro de 2014.

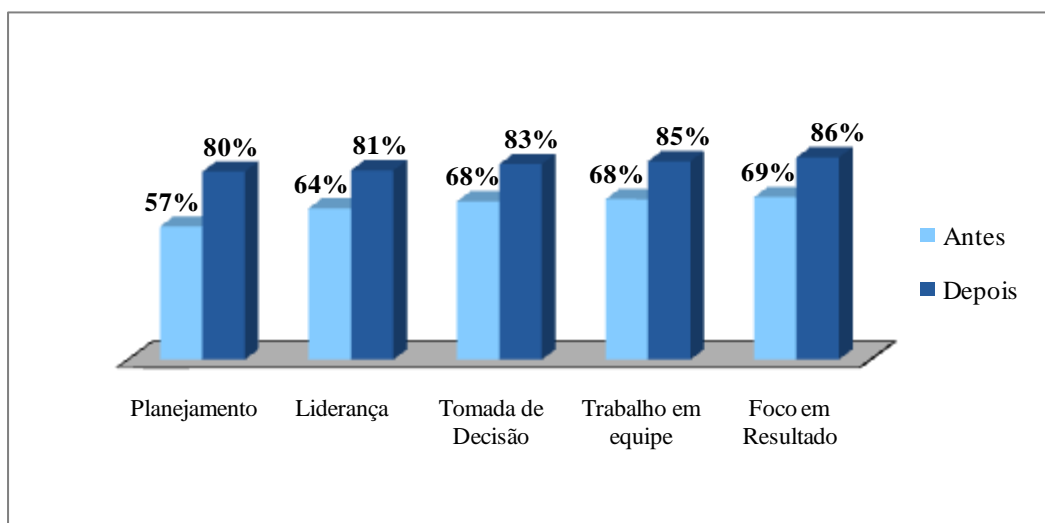


2.15 Programa de desenvolvimento de gestores judiciais – PDJud

Em março de 2013, com o objetivo de profissionalizar os diretores de secretaria para gerirem as suas unidades e prepará-los para exercerem o papel típico de um líder/gestor, foi criado, no âmbito do Fórum Clóvis Beviláqua, o Programa de Desenvolvimento de Gestores Judiciais – PDJUD.

O foco da primeira etapa do programa foi a capacitação desses servidores em temas como: liderança, planejamento, trabalho em equipe, tomada de decisão, foco em resultados, aquisição de conhecimento, habilidades, competências e atitudes. A segunda etapa do programa voltou-se para o conhecimento sobre ferramentas de gestão com foco no acompanhamento dos resultados da unidade judiciária. Foi realizado um ciclo de palestras com o intuito de fomentar uma nova cultura de gestão com foco no cidadão. A terceira etapa aprofundou os conhecimentos sobre liderança e planejamento e ampliou-se para conhecimento sobre motivação e comunicação.

Gráfico 1 – Resultados do PDJud (abr-jun/2013): Questionário de Compreensão por Temas (Autoavaliação)

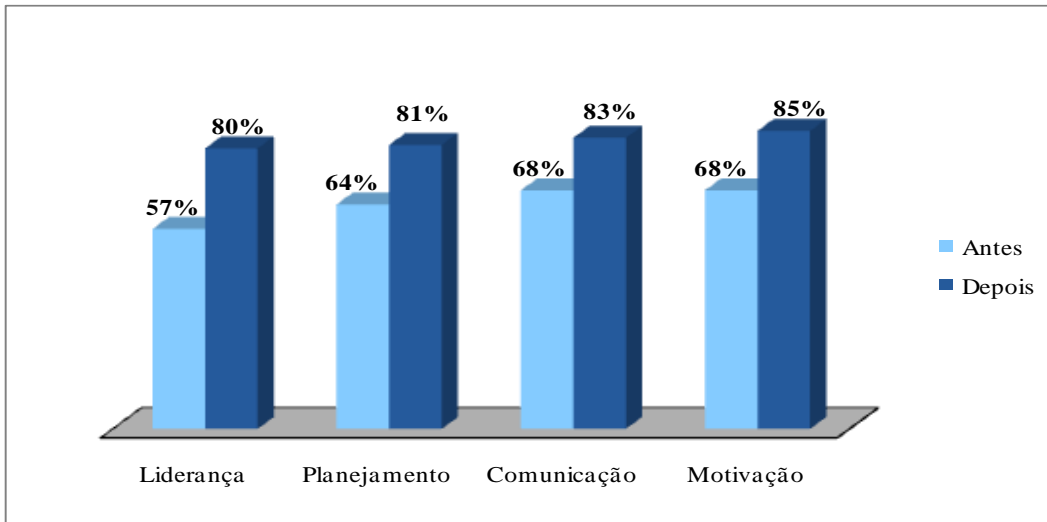


Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Gráfico 2 – Resultados do PDJUD (ago-nov/2014): Questionário de Compreensão por Temas (Autoavaliação)



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

2.16 Redistribuição de servidores nas unidades judiciárias do Fórum Clóvis Beviláqua

Como forma de favorecer a equanimidade no número de analistas judiciários existentes nas varas do Fórum Clóvis Beviláqua, foi realizada a redistribuição desses colaboradores em março de 2013.

2.17 Ambientação de novos servidores, terceirizados e estagiários

O Fórum Clóvis Beviláqua, por meio do seu Departamento de Administração, adotou a prática de promover a ambientação e integração dos novos colaboradores (servidores, terceirizados e estagiários), por meio de treinamentos e palestras que são realizadas antes da assunção dos colaboradores em seus novos cargos/funções.

2.18 Qualidade de vida no trabalho

O programa de qualidade de vida no trabalho, conduzido pelo Fórum Clóvis Beviláqua, teve como ações:

- Parceria com o serviço ambulatorial de urgência e emergência;



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

- ii. Acompanhamento nutricional dos servidores;
- iii. Parceria com o Posto de Saúde Matos Dourado para campanhas de vacinação;
- iv. Parceria com o ISSEC para campanhas de medição de pressão e glicemia;
- v. Ciclo de palestras nutricionais voltadas para reeducação alimentar e cuidado com a saúde;
- vi. Projeto Semana da Saúde, em homenagem ao Dia do Servidor Público, com atividades de massoterapia, dança de salão, treinamento funcional, palestras educativas, higiene bucal, pilates solo, corte de cabelo, dentre outras;
- vii. Cursos sobre:
 - Inteligência Emocional;
 - Comunicação não Agressiva;
 - Lúdico e o Equilíbrio no Ambiente Laboral;
 - Meditação no Ambiente de Trabalho, Aposentadoria - um novo começo;
- viii. Curso “Estresse e o cultivo do equilíbrio emocional”;
- ix. Projeto de meditação no ambiente de trabalho.

2.19 Convênios de cooperação técnica para a cessão mútua de servidores, compartilhamento de conhecimentos técnicos e experiências prático-profissionais

Outra ação na área de gestão de pessoas foi a celebração de 194 convênios de cooperação técnica entre o TJCE e outros entes públicos da Administração Direta ou Indireta, visando à cessão mútua de servidores, para troca de conhecimentos técnicos e experiências prático-profissionais.

A ação contou com a participação ativa da Consultoria Jurídica do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a quem coube tanto a elaboração dos termos de convênio, por meio da Divisão Central de Contratos e Convênios, quanto o exame da legalidade de suas cláusulas, mediante



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

pareceres submetidos e aprovados pela Presidência.

Todos os 194 convênios se encontram, atualmente, em pleno vigor, sendo, os mesmos, prorrogáveis a critério de conveniência e oportunidade das partes signatárias, por até 60 meses.

2.20 Encaminhamento de livros às comarcas do interior

Como forma de ampliar o acesso de magistrados e servidores a materiais de consulta, provendo informações essenciais à execução de suas atribuições, bem assim auxiliar na qualificação dos colaboradores do Poder Judiciário cearense, a Assessoria Institucional, por meio do Departamento de Gestão de Documentos, realizou a entrega de livros que haviam sido adquiridos pela Divisão de Biblioteca para encaminhamento às comarcas do interior.

A entrega, que vinha sendo efetuada de forma presencial e com a necessidade de comparecimento de servidores das comarcas do interior às dependências do Tribunal, foi redesenhada para, em parceria com o Departamento de Material e Patrimônio, ser efetuada por meio de uma transportadora, proporcionando uma maior celeridade e, resultando assim, na publicação da Portaria nº 228/2013, que regulamentou a nova metodologia de encaminhamento do referido material.



3. GESTÃO DE RECURSOS

3.1 Otimização dos recursos financeiros e orçamentários

Otimizar a administração dos recursos e executar com excelência a gestão dos sistemas orçamentários, financeiros e de contabilidade no âmbito do Poder Judiciário cearense, com ética e transparência, constituíram premissas primordiais que nortearam as ações empreendidas ao longo do biênio 2013-2014, como foco em: a) ampliar a independência financeira do TJCE; b) buscar meios alternativos de gerar receitas, sem onerar o contribuinte; c) tornar os processos da Secretaria de Finanças mais eficientes; d) aperfeiçoar os controles sobre o processo de arrecadação do Fermoju; e e) otimizar e racionalizar os custos do TJCE.

Neste sentido, foram empreendidas diversas ações no âmbito da Secretaria de Finanças, culminando na elaboração do seu planejamento estratégico e na definição dos principais projetos executados no exercício de 2014, a saber:

- i. monitoramento das Serventias Extrajudiciais: com o fito de executar atividades de acompanhamento e controle dos recursos do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju) junto aos cartórios, foram realizadas, até novembro/2014, inspeções em 46 serventias, repercutindo na identificação de débitos no valor de R\$ 1,4 milhão, além de outras irregularidades. A Portaria nº 2.070, de 24 de outubro de 2014, tornou permanente a Comissão de Monitoramento das Receitas do Fermoju;
- ii. alteração do Regimento de Custas: elaboração de proposta de modificação da tabela de cobrança de custas processuais, de maneira que se possa exigir o pagamento justo pela manifestação estatal, levando em consideração o valor da causa e o tipo de manifestação do Poder Judiciário. O trabalho foi coordenado por servidores da Secretaria de Finanças, em atendimento à determinação da Presidência do Tribunal de Justiça por meio da Portaria nº 1.724/2013, de 11 de novembro de 2013;
- iii. instituição, por meio da Portaria nº 1.776/2013, de 11 de novembro de 2013, de grupo de trabalho com a finalidade de buscar a excelência da gestão dos custos operacionais, com foco na eficiência e otimização das despesas públicas pelo Poder Judiciário. Como resultado, foram identificadas e sugeridas às secretarias do



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tribunal de Justiça boas práticas voltadas à redução de despesas por meio do uso racional dos recursos relacionados à energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e móvel, *internet* e impressão;

- iv. instituição, por meio da Resolução nº 02 do Órgão Especial, de 10 de fevereiro de 2014, do regime de parcelamento de dívidas das serventias extrajudiciais junto ao Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará, regulamentação esta que possibilitou às serventias a renegociação dos seus débitos junto ao Fundo;
- v. Desenvolvimento do Selo Extrajudicial Digital: o projeto, que vem sendo conduzido pela Secretaria de Finanças, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e com a Corregedoria Geral da Justiça, tem por objetivo substituir o selo físico convencional pelo selo digital, de forma a garantir maior transparência e segurança jurídica aos atos praticados pelos cartórios. Ademais, busca tornar célere a comunicação entre os cartórios e o TJCE no envio dos selos, além de permitir que o usuário possa validar a autenticidade do documento por meio do portal do TJCE. O projeto visa, ainda, eliminar a possibilidade de extravios e roubos de selos, bem como eliminar custos de aquisição, distribuição e controle dos mesmos, contribuindo, de igual forma, com a responsabilidade socioambiental, uma vez que se eliminará o uso do selo em papel. A instituição e a implantação do selo digital restou disciplinada por meio da Resolução nº 5 do Órgão Especial, de 9/06/2014.
- vi. Negociação com os bancos públicos para a assinatura de termo de credenciamento para o pagamento de *spread* sobre os saldos médios mensais dos depósitos judiciais, que culminou na licitação para a seleção do novo banco gestor da conta única do Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PIMPJ (Pregão Presencial nº 01/2014), que teve como vencedora a Caixa Econômica Federal - CEF (Contrato nº 26, de 14 de julho de 2014). O processo foi conduzido pela Secretaria de Finanças, em parceria com a Consultoria Jurídica;
- vii. Aprovação do orçamento 2015: a proposta orçamentária do Poder Judiciário para o ano 2015 foi aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça na sessão realizada no dia 28 de agosto de 2014, compreendendo os seguintes valores:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Tabela 4 - Lei Orçamentária do Poder Judiciário para o ano 2014 (em R\$1,00)

Órgão	Orçamento 2014
Tribunal de Justiça	857.832.334
FERMOJU	140.175.890
FUNSEG	3.237.585
Total	1.001.245.809

Fonte: SIOFWEB

Na Lei Orçamentária para 2014, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi 85,67% do total de recursos disponíveis para gastos com pessoal, custeio e investimentos. O total de recursos disponíveis foi 3,9% maior frente aos recursos totais disponíveis em 2013. O total de recursos disponíveis ao Fermoju foi 35,8% menor frente aos recursos em 2013.

3.2 Otimização de impressões e serviços gráficos

Imbuída do propósito de aproximar-se ao máximo da utilização plena e racional dos recursos e almejando a eficiência orçamentária em seus Departamentos e Divisões, a Assessoria Institucional procedeu à revisão do Contrato nº 24/2009, firmado entre o Tribunal de Justiça e a empresa que fornece as máquinas de impressão utilizadas pelo Departamento Editorial e Gráfico. Como resultado desta análise, obteve-se a solicitação de supressão do contrato em 20%, reduzindo, portanto, a quantidade de franquia não utilizada, bem como o valor pago mensalmente, com base no parágrafo I, do art. 65, da lei 8666/93, que assim dispõe:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Tal ação foi motivada pela implantação da nova metodologia de apreciação das demandas de serviços gráficos, disciplinada por meio da Portaria nº 911/2008, que proporcionou uma análise mais apurada quanto aos materiais de impressão solicitados. Como consequência, o Departamento Editorial e Gráfico passou a executar os serviços de forma mais racional, resultando em significativa economia no quantitativo da franquia que era, até então, utilizado.

Com base nessa redução e para se evitar o desperdício pela não utilização integral da



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

franquia de impressão, a revisão contratual foi preponderante e proporcionou a redução do valor contratual de R\$ 37.682,53 para R\$ 30.146,03, representando uma redução de 20% no valor mensal pago anteriormente.

Oportuno salientar que o Contrato nº 24/2009 encerrou-se em maio de 2014, oportunidade em que a Assessoria realizou uma nova análise relativa à franquia utilizada, diminuindo-a e adequando-a à produção média mensal. Tal fato possibilitou a redução do valor mensal pago pelo novo contrato (nº 30/2014), o qual, atualmente, registra o montante de R\$ 27.547,50.

Além dos fatos expostos, salienta-se que foi incluído no novo contrato dispositivo que contempla a possibilidade de acumulo de saldo por parte do TJCE, ou seja, a franquia não utilizada no mês é revertida como bônus para os meses subsequentes, limitados ao término do contrato.

Salienta-se, por fim, que as referidas reduções mensais nos gastos com a locação de máquinas de impressão importaram ao TJCE uma economia anual de R\$ 121.620,36 e que, em decorrência do controle de produção aplicado pelo Departamento Editorial Gráfico, não ocorreu na atual Gestão utilização de excedente de franquia.

3.3 Pagamento de precatórios

Iniciando o ano de 2013, foram realizadas durante o mês de janeiro, pelo então Serviço de Precatórios, audiências de conciliação entre Estado do Ceará e credores que, respeitada a cronologia, manifestaram interesse na conciliação, resultando no pagamento de R\$9.157.485,00, devidamente amortizados da dívida de precatórios do Estado do Ceará.

Merecem ainda menção outras ações empreendidas no biênio 2013-2014, dentre elas os pagamentos de parcelas prioritárias no montante de R\$1.625.244,78 para 111 credores do Estado do Ceará, R\$7.469.729,70 para 126 credores do Município de Fortaleza e R\$230.738,55 para credores dos municípios do interior, bem como o pagamento de precatórios segundo listas cronológicas de credores, incluindo requisições de pequeno valor, de responsabilidade do Estado do Ceará, de municípios do interior e do município de Fortaleza, totalizando R\$9.604.320,64, R\$4.745.314,84 e R\$20.198.709,41, respectivamente.



4. GESTÃO ESTRATÉGICA

4.1 O Plano Estratégico 2010-2014

O principal instrumento de acompanhamento e execução da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Ceará vigente nos últimos anos foi o Plano Estratégico 2010-2014. Coube, portanto, à gestão 2013-2015 encabeçar ações alocadas no período de término da vigência do Plano. Construído de acordo com a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano trouxe a definição da identidade organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará junto a outros itens como objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos. A citada metodologia busca tratar as diversas demandas de melhoria gerencial de uma organização em quatro perspectivas que se complementam mutuamente: clientes (sociedade), procedimentos internos, aprendizagem organizacional e recursos. Ao elaborar o citado plano e ao adotar essa metodologia, o TJCE seguiu orientação nacional e se alinhou com o Plano Estratégico do Judiciário brasileiro construído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a Resolução nº 70/2009, do CNJ.

No tocante a ações adotadas no ano de 2013 que beneficiaram estruturalmente o Plano 2010-2014, podem ser destacadas a revisão do Plano para a gestão 2013-2015, incluindo a realização de reuniões de sensibilização junto à Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE (Comissão Participativa); a validação das metas institucionais pelos gestores e a revisão do portfólio de projetos para 2013 e 2014 pelas respectivas unidades responsáveis e a revisão dos indicadores setoriais para fins de percepção da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM) no intuito de desdobrar as metas institucionais do Plano em metas setoriais.

4.1.1 Ações de acompanhamento

A busca pelo alcance dos objetivos estratégicos e, em consequência, da Missão e da Visão do Plano 2010-2014 se deu através da execução de projetos e pelo esforço de atingir metas estratégicas, estas, por sua vez, alinhadas a indicadores de medição de desempenho.

A rotina de acompanhamento das metas, indicadores e projetos estratégicos foi conduzida pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag) que, no nível da Alta



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Administração do TJCE, contou com o apoio do Comitê Estratégico, do Comitê Executivo e da Comissão Participativa.

Com relação ao Comitê Estratégico, que é responsável por acompanhar, monitorar e executar o Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense, coube à Seplag coordenar a realização de seis Reuniões de Análise da Estratégia no período compreendido entre 2013 e 2014.

Com relação ao Comitê Executivo, criado no ano de 2013 por iniciativa conjunta entre a Seplag e a Sefin, coube à Seplag apresentar informações acerca do cumprimento do Planejamento Estratégico, tendo sido realizadas 40 reuniões ordinárias e 06 extraordinárias do Comitê nos anos de 2013 e 2014.

Por sua vez, no tocante à atribuição de acompanhar a execução do orçamento e o processo de elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Judiciário que cabe à Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico (Comissão Participativa), a Seplag tratou, nos anos de 2013 e 2014, de orientar o encaminhamento, por parte de diversas unidades do Judiciário estadual, de propostas de iniciativas para compor a proposta orçamentária, bem como de reunir tais iniciativas para posterior avaliação acerca do enquadramento das mesmas como possíveis projetos estratégicos ou itens atinentes à manutenção da prestação do serviço judiciário.

Também apoiaram a execução do Plano Estratégico os Gestores de Metas, que são pessoas responsáveis pelo acompanhamento do nível de cumprimento de metas estratégicas, bem como por ações que visaram ao alcance das mesmas.

4.2 Aprimoramento da cultura de gerenciamento de projetos

O Gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas relativas às atividades de execução dos projetos para atender aos seus requisitos e aos objetivos organizacionais. Maturidade é o grau em que o gerenciamento de projetos é utilizados na Organização. Desta forma, em agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, foi realizada avaliação (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, o qual permite avaliar cinco níveis de maturidade, considerando: processos, pessoas, tecnologia e estratégia) para analisar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Tribunal de Justiça do Estado do



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Ceará e, baseado nessas análises, diversas ações foram empreendidas entre os anos de 2013 e 2014 para elevação da maturidade em gerenciamento de projetos.

Destacam-se algumas das ações empreendidas com vistas à elevação da maturidade do gerenciamento de projetos do Poder Judiciário do estado do Ceará:

- i. normatização da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR) para gerentes de projetos estratégicos (com estabelecimento da avaliação periódica dos projetos e avaliação individual dos gerentes de projetos);
- ii. revisão e informatização de metodologia de gerenciamento de projetos;
- iii. implementação de melhorias/atualizações nas ferramentas (*softwares* livres) utilizadas para gerenciamento de projetos;
- iv. realização de encontros para transferência de conhecimentos entre a consultoria que prestou suporte técnico e a equipe do ECP;
- v. realização de capacitação em CAPM (*Certified Associate in Project Management Certification*) e PMP (*Project Management Professional Certification*) para 30 servidores efetivos.

Ainda com relação ao aumento da maturidade da cultura de gerenciamento de projetos, e também visando ao incremento da profissionalização dos gerentes de projetos, nos anos de 2013 e 2014 o ECP empreendeu as seguintes ações de capacitação:

Tabela 9: Ações de Aprimoramento da Cultura de Gerenciamento de Projetos

Ação	Nº de Participantes	Ano
Revisão do Portfólio de Projetos 2013-2014	41	2013
Treinamento na nova Metodologia de Gerenciamento de Projetos	20	2013
Oficina “Técnicas de Recuperação de Cronograma”	14	2013
Oficina “Relatório de Acompanhamento de Projetos – RAP e Técnicas de Estimativas de Prazos”	16	2013
Capacitação introdutória em Gestão de Projetos	19	2013
Balanço do ano de 2013 e um direcionamento para 2014	20	2013
Reunião sobre sistema de acompanhamento das fases dos projetos estratégicos	13	2014
Reunião orientativa sobre as propostas das iniciativas orçamentárias de 2015	14	2014
Treinamento “Gerenciamento de Projetos – Conceitos e Práticas”	11	2014
Treinamento “Comunicação Efetiva”	9	2014
Treinamento “Gerenciamento de Riscos”	8	2014

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Continuação

Ação	Nº de Participantes	Ano
Treinamento “Administração de Conflitos”	4	2014
Oficina “Elaboração, acompanhamento e atualização do cronograma”	15	2014
Oficina “A arte de Liderar”	8	2014
Palestra “Projetos e Processos: mais sinergia que divergência”	14	2014
Palestra “Por que os Projetos falham”	14	2014
Palestra “Gestão de Recursos”	6	2014
Capacitação “O Gerenciamento de Projetos no contexto da Governança Organizacional”	8	2014
Visitas de acompanhamento discussão de dúvidas junto a gerentes de projetos	80	2014

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag

4.3 Comunicação da Estratégia

A título de divulgação das ações relativas ao alcance da Estratégia empreendidas nos anos de 2013 e 2014, podem ser destacadas:

- i. reestruturação do Blog Plano Estratégico em Ação – com a finalidade de divulgar os resultados dos projetos estratégicos e da execução da estratégia do Poder Judiciário cearense foi criado o Blog Plano Estratégico em Ação. O canal recebeu mais de 20 postagens, entre publicações de resultados da execução da estratégia a artigos relacionados à discussão da gestão estratégica;
- ii. pesquisa de Compreensão da Estratégia – realizada nos meses de setembro e outubro de 2013, a pesquisa objetivou conhecer, junto ao público interno do Poder Judiciário cearense, o nível de compreensão acerca de conceitos, canais e ações da Estratégia do órgão. Participaram da pesquisa 276 pessoas, entre magistrados, servidores e demais colaboradores da Justiça do Ceará. A pesquisa obteve o resultado de que 74% dos respondentes afirmaram compreender, total ou parcialmente, a estratégia do Judiciário cearense;
- iii. realização de concurso cultural no qual os servidores elaboraram redações acerca do tema “Gestão Estratégica”;
- iv. exposição e atualização dos resultados das metas anuais e status dos projetos estratégicos na Central do Conhecimento do Poder Judiciário do Estado do Ceará.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Já com vistas à divulgação e favorecimento da participação do público interno e externo na construção da proposta do Plano Estratégico 2015-2020, foi desenvolvido o *hotsite* do Planejamento Estratégico 2015-2020. O canal objetivou acompanhar os trabalhos de elaboração da proposta do Plano e possibilitar o envio de sugestões para enriquecer esse processo. A atualização do *hotsite* se deu após a efetivação de cada novo passo do processo de construção do novo Plano. Além disso, disponibilizou seção onde o público visitante pode tecer comentários acerca do processo de construção do Plano e enviar sugestões de melhorias no serviço prestado pelo Judiciário cearense a serem contempladas no Plano Estratégico 2015-2020. Ao todo, foram enviadas mais de 450 sugestões.

4.4 Incentivo à cultura de planejamento estratégico

Com o objetivo de disseminar a cultura do planejamento no TJCE foram empreendidas as seguintes ações:

- i. elaboração do Plano Estratégico da Assessoria de Precatórios: em atendimento à recomendação do CNJ, em 2013 a Seplag conduziu a elaboração de Plano Setorial que visou alinhar a atuação da Assessoria de Precatórios ao Plano Estratégico 2010-2014. Dotado de elementos similares ao Plano institucional (Missão, Visão, objetivos, metas, indicadores e projetos), o Plano da Assessoria de Precatórios possibilitou melhorias na estruturação organizacional, de pessoal e de gestão do setor;
- ii. desenvolvimento e divulgação da “Ferramenta de Elaboração e Acompanhamento de Planos de Ação”;
- iii. realização de cursos voltados a servidores e magistrados, abordando os temas Planejamento Estratégico e Administração Judiciária.

4.5 Elevação da maturidade em gestão estratégica

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará obteve a segunda colocação (pontuação de 95%) entre os Tribunais estaduais na avaliação do nível de maturidade em gestão estratégica no ano



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

de 2013 em relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na classificação geral (Tribunais dos Estados, Eleitorais, do Trabalho, Superiores e Conselhos), o TJCE ocupa a quarta colocação. Entre os 20 órgãos com maior nível de maturidade em gestão estratégica estão TJRN (98%), Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – TRT/18 (97%), TRT/14 (96%), TJCE (95%), TJSE (92%), TRT/1 (91%), TRT/5 (91%), TRT/15 (90%), Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR (89,50%), TJAL (89%), CNJ (87%), TRT/7 (86,50%) e Superior Tribunal de Justiça – STJ (85%).

O resultado demonstra a evolução pela qual a Justiça do Ceará vem passando nos últimos anos. Como ações que contribuíram para esse alcance, destacam-se a elevação do nível de maturidade em gerenciamento de projetos, participação de servidores e magistrados na elaboração das propostas orçamentárias e formulação da estratégia, instituição de comitês para elaborar e monitorar a execução do Plano Estratégico, elaboração de plano de aquisição integrado à estratégia e aprimoramento da comunicação do Plano Estratégico.

4.6 O Plano Estratégico 2015-2020

A elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 se iniciou em setembro de 2014. Uma vez que o Plano então conduzido pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará chegava ao final de sua vigência (2010-2014), foi necessário envidar esforços que resultassem na construção de novo Plano Estratégico para o período compreendido entre os anos de 2015 e 2020.

Dessa forma, na busca por dar continuidade ao aprimoramento da gestão estratégica do TJCE, nos meses de setembro a dezembro de 2014 foram executados os trabalhos necessários para o desenvolvimento do Plano Estratégico 2015-2020. Para apoiar a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão e o Comitê Estratégico do TJCE, foi contratada empresa de consultoria especializada no desenvolvimento de planejamentos estratégicos. Tal contratação foi feita por meio do Pregão Eletrônico nº 34/2014, ocorrido em 08 de julho de 2014. As etapas de desenvolvimento do Planejamento 2015-2020 se deram da seguinte forma:

4.6.1 1ª etapa

Encontros com magistrados e servidores de todo o Estado para caracterização dos



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

cenários internos e externos do Poder Judiciário e coleta de propostas de ações de melhorias. Foram realizados quatro encontros, ocorridos em 15, 19, 22 e 26 de setembro de 2014, dos quais participaram um total de 241 pessoas dentre as nove zonas judiciárias do Ceará.

4.6.2 2ª etapa

Encontro com organizações da sociedade civil, órgãos do sistema judicial e entidades de classe do Judiciário para coletar opiniões sobre a atual forma de prestação do serviço judiciário, bem como sugestões de melhoria do serviço para o futuro.

Participaram do encontro: Ministério Público, Decon, Rede Nacional dos Advogados Populares (RENAP-CE), OAB-CE, Associação dos Juízes pela Democracia (AJD-CE), Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-CE), Pastoral Carcerária, Associação Cearense dos Magistrados, Sindicato dos Servidores do Judiciário do Ceará e Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado do Ceará. O encontro ocorreu em 29 de setembro de 2014 e contou com o grupo representativo de construção do Plano Estratégico 2015-2020 como expectador.

O grupo representativo foi formado por 60 pessoas dentre magistrados e servidores oriundos da capital ou do interior, do 1º ou do 2º grau, de setores judiciários ou administrativos. A formação do grupo se deu a partir de indicações do Comitê Estratégico e, a pedido deste, por designações procedidas por gestores das diversas áreas funcionais do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Em reconhecimento a essa 2ª etapa do Planejamento Estratégico 2015-2020, o TJCE veio a receber, em 10 de dezembro de 2014, uma homenagem do Fórum Justiça (composto pela Justiça Federal e outras entidades) que buscou enaltecer a iniciativa de democratização do processo de elaboração do Plano 2015-2020 do Judiciário cearense.

4.6.3 3ª etapa

Definição dos elementos do Plano Estratégico 2015-2020 (identidade organizacional, objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos estratégicos) com o grupo representativo. Os encontros se deram nas seguintes datas com as respectivas definições:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

- i. 03 de outubro – Identidade Organizacional:
 - Missão: Garantir direitos para realizar Justiça;
 - Visão: Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da justiça;
 - Valores: Celeridade, Efetividade, Acessibilidade, Transparência, Responsabilidade Social e Ambiental, Probidade e Meritocracia.
- ii. 10 de outubro – Mapa Estratégico (temas e objetivos estratégicos). Os três temas estratégicos propostos foram:
 - Diálogo com a Sociedade;
 - Desjudicialização de conflitos;
 - Gestão eficiente e participativa.
- iii. 17 de outubro – continuação do Mapa Estratégico e início da elaboração dos indicadores. Foram construídos 11 objetivos estratégicos:
 - Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça;
 - Intensificar a interlocução com a sociedade;
 - Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional;
 - Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos;
 - Aprimorar a Governança Judiciária;
 - Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos;
 - Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes;
 - Garantir a infraestrutura adequada;
 - Aprimorar a gestão de pessoas;
 - Aprimorar a governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação;
 - Garantir a sustentabilidade financeira.
- iv. 24 de outubro – indicadores. 34 indicadores foram sugeridos. Para cada indicador foi vinculada uma meta institucional que, por sua vez, teve a definição de patamares a serem perseguidos a cada ano da vigência do Plano;
- v. 31 de outubro e 03 de novembro – proposição de projetos estratégicos. Foi proposto um total de 38 projetos estratégicos.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

As metas estratégicas foram estipuladas pelos respectivos gestores de metas (escolhidos pelo grupo representativo) com o apoio da equipe da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão.

4.6.4 4ª etapa

Desdobramento do Plano Estratégico nas diversas áreas do Poder Judiciário do Estado do Ceará com fins de obter ações de execução voltadas para o alcance dos objetivos estratégicos planejados para os próximos seis anos. Esta etapa ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2014. Um total de 17 planos setoriais foram produzidos. Cada um se vincula a um setor da Justiça cearense responsável diretamente por executar parte da Estratégia construída no Plano 2015-2020.

4.6.5 5ª etapa

Proposição de melhorias no modelo de Gestão Estratégica (formas de acompanhamento, execução e institucionalização que facilite o cumprimento dos propósitos da Gestão Estratégica do Poder Judiciário do Estado do Ceará). A proposição foi interposta no início do mês de dezembro de 2014.

Duas apresentações dos resultados do processo de Planejamento da Estratégia para os anos de 2015 a 2020 foram feitas ao final dos trabalhos de elaboração do Plano: uma para o Comitê Estratégico (onde foram validadas/ajustadas as metas sugeridas pelos respectivos gestores) e outra para o Grupo Representativo de construção do Plano Estratégico 2015-2020 e equipe de transição da gestão que tomará posse no mês de janeiro subsequente.

Até janeiro de 2015, o Comitê Estratégico submeterá a proposta do Plano Estratégico 2015-2020 à Presidência desta Corte de Justiça que, oportunamente, encaminhará à apreciação do Órgão Especial.

4.7 Sala de Situação

A Sala de Situação é um ambiente virtual desenvolvido sob a coordenação da Assessoria Especial da Presidência, em parceria com a Secretaria Especial de Planejamento e



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

Gestão e com a Secretaria de Tecnologia da Informação. Tem por objetivo promover a disponibilização direta de informações administrativas e judiciárias consolidadas à Presidência do TJCE de forma a subsidiar o processo de tomada de decisão. São disponibilizadas informações relacionadas às seguintes áreas: Gestão, Agenda do Presidente, Viagens da Presidência, Aquisições, Informações Semanais, Mapa de Ocupação de Cargos de Magistrados, Metas Nacionais e Projetos Prioritários. A Sala de Situação possui atualização compartilhada entre as unidades do TJCE e controle de acesso por meio de perfis de usuários e senhas, estando acessível em computadores e dispositivos móveis.

4.8 Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI

A Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) atingiu, em 2014, 82% das metas previstas no PETI cujo período de vigência estende-se até 2015. Além disso, foram iniciadas as atividades para elaboração de um novo Planejamento Estratégico de TI alinhado ao novo Planejamento Estratégico do TJCE, cuja vigência se estenderá até 2020.

Visando propiciar a divulgação das ações, projetos e metas, bem como a promoção de alinhamento e a integração entre as diversas unidades que compõem a Secretaria, são realizadas reuniões bimestrais com todos os servidores lotados na Setin,.

Como forma de facilitar o acompanhamento das ações estratégicas, foi ainda desenvolvido um portal para monitoramento dos indicadores da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM) e dos indicadores do PETI, o qual possibilita a participação mais efetiva dos servidores no esforço para o alcance das referidas metas.

4.9 Certificação ISO 9001:2008

O Departamento Judicial e a Secretaria Única das Varas da Fazenda Pública do Fórum Clóvis Beviláqua têm sido preparados para a certificação ISO 9001:2008. Foram desenvolvidas as seguintes etapas: palestra de conscientização, descrição do negócio, desenvolvimento de fluxogramas, validação dos fluxogramas junto às lideranças, desenvolvimento dos procedimentos de gestão (PGs), implantação da ferramenta Gestão à Vista, reorganização e mudança de *layout*, solicitação de melhorias para a infraestrutura do atendimento no balcão, identificação da interação



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 - FERMOJU

entre os processos, criação de instruções de trabalho, treinamento dos colaboradores quanto à interpretação da Norma ISO 9001:2008.

A certificação ISO 9001:2008 está prevista para 2015, haja vista a necessidade de realização de licitação.

4.10 Democratização das decisões do Fórum Clóvis Beviláqua

A Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, com o intuito de democratizar e garantir a implementação das decisões tomadas no âmbito daquele Fórum, sistematizou as reuniões do Comitê Gestor de Juízes Coordenadores, instituiu o Núcleo de Apoio à Gestão, o Comitê para Acompanhamento do Plano de Melhoria e o Comitê Gestor para Assuntos Administrativos, este último formado pelos diretores de departamento.

4.11 Padronização de rotinas de gestão

Dentre as ações realizadas em prol da padronização das rotinas de gestão no Fórum Clóvis Beviláqua estão: elaboração de procedimentos gerenciais (PGs), implantação de um sistema de reuniões com pauta e ata de reunião, elaboração de instruções de trabalho (ITs), fluxograma de procedimentos, gerenciamento da rotina no Núcleo de Apoio à Jurisdição e no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

4.12 Implantação do *software* Geplanes

Foi implantado, no Fórum Clóvis Beviláqua, o *software* Gesplanes que permite a gestão estratégica desde a fase de elaboração do planejamento até a execução das ações. Por meio da ferramenta é possível gerenciar metas e seus desdobramentos, os indicadores e definir ações preventivas e/ou corretivas. O Gesplanes fornece ainda diversas ferramentas, como o Painel de Indicadores, bem como relatórios e gráficos que auxiliam na gestão e na melhoria do desempenho organizacional.



4.13 Visitas de *benchmarking*

Foram realizadas, pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, visitas a organizações com reconhecidas práticas na área de excelência da gestão. Cada visita foi seguida de relatório e as práticas passíveis de execução no Fórum foram incluídas no Plano de Melhoria da Gestão.

4.14 Banco de Informações Gerenciais – BIG

Como forma de sistematizar o fornecimento de informações gerenciais à Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, foi criado o Banco de Informações Gerenciais – BIG, que tem como objetivo apoiar a tomada de decisão por parte daquela Diretoria.

4.15 Exercício da responsabilidade socioambiental

Foi criado pelo Fórum Clóvis Beviláqua o Grupo de Apoio às Ações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE, que promoveu as seguintes ações: otimização da coleta seletiva de lixo no Fórum Clóvis Beviláqua, aquisição de *containers* para separação de papel, doação de móveis e cadeiras para entidades filantrópicas, campanha para doação de sangue e cadastro de doadores de medula óssea em parceria com o Hemoce, doação de material reciclável para Associação de Catadores de Lixo e doação de bens inservíveis do Depósito Público.

4.16 Adesão ao GesPública

4.16.1 Premiação do Fórum Clóvis Beviláqua no Prêmio Ceará de Gestão Pública

Em julho de 2013, foi firmado termo de compromisso pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua junto ao Núcleo Estadual do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública) com o objetivo de implantar o Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP naquele fórum. Foram realizadas duas autoavaliações com base no referido modelo de gestão e implantados dois Planos de Melhoria da Gestão para executar as oportunidades de melhoria identificadas.